



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS
CAMPUS MANAUS CENTRO
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

ALINE NEVES PERES

**EXTENSÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TÉCNICA DE NÍVEL
MÉDIO DO INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS: FORMAÇÃO
HUMANA INTEGRAL E REFLEXO SOCIAL**

**MANAUS-AM
2020**

ALINE NEVES PERES

**EXTENSÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TÉCNICA DE NÍVEL
MÉDIO DO INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS: FORMAÇÃO
HUMANA INTEGRAL E REFLEXO SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Campus Manaus Centro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Paulo Henrique Rocha Aride

MANAUS-AM
2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P437e Peres, Aline Neves.

Extensão na educação profissional e técnica de nível médio do Instituto Federal do Amazonas: formação humana integral e reflexo social. / Aline Neves Peres. – Manaus, 2020.

97 p. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, *Campus* Manaus Centro, 2020.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Henrique Rocha Aride.

1. Educação profissional e tecnológica. 2. Extensão. 3. Contribuição social. I. Aride, Paulo Henrique Rocha. (Orient.) II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. III. Título.

CDD 378.013



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
CAMPUS MANAUS CENTRO
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM REDE NACIONAL



ALINE NEVES PERES

EXTENSÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TÉCNICA DE NÍVEL
MÉDIO DO IFAM: FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL
E REFLEXO SOCIAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, *Campus* Manaus Centro, como requisito para obtenção do Título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica, sob orientação do Prof. Dr. Paulo Henrique Rocha Aride.

Linha de Pesquisa: Organização e Memória dos Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 07 de agosto de 2020.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Henrique Rocha Aride
Presidente – IFAM

Prof. Dr. José Pinheiro Queiroz Neto
Membro Interno – ProfEPT/IFAM

Profa. Dra. Alzira Miranda de Oliveira
Membro Externo – INPA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
CAMPUS MANAUS CENTRO
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM REDE NACIONAL



ALINE NEVES PERES

CARTILHA EXTENSÃO NO INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS:
PIBEX E AS CONTRIBUIÇÕES FORMATIVAS

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, *Campus* Manaus Centro, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica, sob orientação do Prof. Dr. Paulo Henrique Rocha Aride.

Linha de Pesquisa: Organização e Memórias dos Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 07 de agosto de 2020

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Henrique Rocha Aride
Presidente – IFAM

Prof. Dr. José Pinheiro Queiroz Neto
Membro Interno – ProfEPT/IFAM

Profa. Dra. Alzira Miranda de Oliveira
Membro Externo – INPA

A minha bisavó Maria da Conceição (In Memoriam),
que não teve a oportunidade de ter acesso ao ambiente escolar,
mas que foi uma das pessoas que sempre esteve ensinando
com suas experiências e lições de vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela força e determinação desenvolvida em mais essa caminhada.

A minha mãe e aos meus irmãos por sempre me incentivarem em todos os momentos da minha trajetória acadêmica e por todo apoio que recebi, especialmente nessa etapa, sei que sempre posso contar com vocês.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), por ter contribuído na organização acadêmica e realização desse estudo, por meio da bolsa concedida.

À coordenação e aos professores do PROFEPT, pela oportunidade proporcionada no programa e ao orientador pelas sugestões e intermédios feitos.

Aos professores e alunos do IFAM que se dispuseram em participar da entrevista e sempre manifestaram cordialidade em dialogar, o que permitiu a construção dessa dissertação e do produto educacional.

Aos meus colegas de mestrado, pela partilha de conhecimentos em sala de aula, e aqueles que de forma mais próxima compartilhei experiências e incentivos.

A todos (as) aqueles (as) que de alguma forma influenciaram na trajetória e realização desse trabalho.

Ensinar não é transferir conhecimento,
mas criar as possibilidades para a sua
própria produção ou a sua construção.

Paulo Freire

RESUMO

As atividades de extensão, juntamente com os eixos ensino e pesquisa, fornecem contribuições formativas para os seus participantes, que envolvem os aspectos da formação humana integral e alcance social. O presente trabalho faz parte da linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica, em que buscamos identificar os critérios que orientam a implementação das atividades de extensão no Instituto Federal do Amazonas (IFAM) e as contribuições dessas para a formação humana integral dos discentes da Educação Profissional e Técnica de Nível Médio (EPTNM). Trata-se de um estudo de campo realizado com alunos do ensino médio e professores participantes do Programa Institucional de Bolsas de extensão (PIBEX) do IFAM no ano 2019. Por meio de pesquisa qualitativa, utilizamos método de abordagem dialético, com etapas de levantamento bibliográfico, documental e pesquisa de campo. A técnica de entrevista semiestruturada foi aplicada com amostra de 10 alunos e 6 professores integrantes dos projetos, além da observação sistemática durante acompanhamento das atividades. Para o tratamento e interpretação dos dados, utilizamos a técnica de análise de conteúdo. Como resultados, destacamos os aspectos contributivos no aprimoramento e aquisição de habilidades no contexto acadêmico, profissional e pessoal, bem como despertar para iniciativas em participação social. Todavia, alguns desafios ainda são presentes, seja na articulação junto ao ensino e pesquisa, ou no desenvolvimento de atividades interdisciplinares na prática de extensão. Como produto educacional, elaboramos uma cartilha que objetiva incentivar a participação e orientar quanto as possibilidades de desenvolvimento de futuros projetos de extensão.

Palavras-Chave: Educação Profissional e Técnica de Nível Médio. Extensão. Formação humana integral.

ABSTRACT

The extension activities, along with teaching and research areas construct formative contributions to their participants, which involve the aspects of integral human formation and the social impact. The present work is part of the research line Organization and Memories of Pedagogical Spaces in Technological and Professional Education. In this research line, we seek to identify the directions that guide the implementation of extension activities at Federal Institute of Amazonas (IFAM) and their contributions to the integral human formation of students from Technical and Professional Education at Secondary School (EPTNM). This work is a field study, carried out with students of Secondary School and teachers who are participants of the Program of Extension Scholarships of Federal Institute of Amazonas, in 2019. Applying qualitative research, we used the dialectical approach method, with steps of bibliographic research, documentation, and field study. The technique of semi-structured interview was conducted in a sampling of 10 students and 6 teachers, who are participants in the extension projects, in addition to the systematic observation during the follow up of the activities. We employed the technique of contents analysis for the processing and interpretation of data. As results, we highlight the contributory aspects in the improvement and learning of skills in academic, professional, and personal context as well as the awakening to social participation initiatives. However, some challenges are still present, namely in the articulation involving teaching and research, or in the development of interdisciplinary activities in extension practices. As an educational product, we created a booklet that has the objective to encourage the participation and to orientate about the possibilities of future developments in extension projects.

Keywords: Technical and Professional Education at Secondary School. Extension. Integral Human Formation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Áreas temáticas Extensão.....	48
Figura 2 – Categorias: Papel da Extensão na formação do aluno.....	57
Figura 3 – Categorias: Benefício Social Extensão.....	62
Figura 4 – Entendimento por extensão.....	70
Figura 5 – Mapa Conceitual.....	82
Figura 6 – Caixa “Você Sabia?”	82

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Gênero: Discentes.....	64
Gráfico 2 – Idade: Discentes.....	65
Gráfico 3 – Curso em andamento:Discentes.....	66
Gráfico 4 – Grupos de atividades:Discentes.....	66

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Acompanhamento das atividades junto aos alunos.....	50
Quadro 2 – Principal desafio na realização das atividades.....	52
Quadro 3 – Dificuldade vivenciada pelo aluno – Visão docente.....	54
Quadro 4 – Contribuição para formação humana integral.....	60
Quadro 5 – O que motivou em participar.....	67
Quadro 6 – Contribuição do Projeto na Formação Profissional/Pessoal.....	72
Quadro 7 – Dificuldades vivenciadas pelos discentes.....	75
Quadro 8 – Outras contribuições refletidas.....	78
Quadro 9 – Reflexões sobre a cartilha.....	84
Quadro 10 – Utilização da cartilha.....	85

LISTA DE SIGLAS

CEFET – Centros Federais de Educação Tecnológica

CONIF – Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação profissional e Tecnológica

CONSUP – Conselho Superior

CRUTAC – Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária

EPCT – Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras

FORPROEXT – Fórum de Extensão da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

IFAM – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PIBEX – Programa Institucional de Bolsas de Extensão

PIBIC – Programa Institucional de bolsas de iniciação científica

PROEX – Pró-Reitoria de Extensão

PROFEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS	19
2.1 Desenvolvimento e implementação da extensão no Brasil	19
2.2 Extensão ou Extensões	26
3 A EXTENSÃO NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	30
3.1 Sobre os Institutos Federais.....	30
3.2 A extensão sob a ótica da formação humana integral.....	34
4 PERCURSO METODOLÓGICO.....	40
4.1 Tipo de Pesquisa.....	41
4.2 Universo da Pesquisa.....	43
4.3 Instrumentos de Coleta e Análise dos dados	45
5 CONTRIBUIÇÕES DAS ATIVIDADES DO PIBEX/IFAM PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO	46
5.1 Perfil e percepção dos participantes: Docentes	47
5.2 Perfil e percepção dos participantes: Discentes	63
6 CARTILHA - Extensão no Instituto Federal do Amazonas: Pibex e as contribuições formativas.....	80
6.1 Organização	81
6.2 Aplicação e Validação	83
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
8 REFERÊNCIAS	89
APÊNDICE – A: ROTEIROS DA ENTREVISTAS/DOCENTES	95
APÊNDICE – B: ROTEIRO DA ENTREVISTA – DISCENTES	96
APÊNDICE – C: QUESTIONÁRIO PARA AVALIAÇÃO DO PRODUTO	97

1 INTRODUÇÃO

A educação profissional e tecnológica está baseada em diretrizes que irão identificar na formação humana integral a possibilidade de construção de um novo modelo societário, que garanta emancipação e pleno desenvolvimento do indivíduo.

Para tanto, os eixos trabalho, ciência e cultura fazem parte da esfera curricular numa perspectiva de desenvolvimento de autonomia do aluno. Não em uma tratativa de junção de conhecimento geral com técnico e sim numa intenção de composição totalitária.

Conforme Ramos (2008), o aspecto trabalho é identificado na educação profissional e tecnológica, não se limitando a uma aquisição de profissão com vistas a atuação mercadológica, defendido como princípio educativo – por meio do qual é possível compreender as contradições a qual pertencemos e apropriarmo-nos de conhecimentos necessários para intervir em nossa realidade.

A cultura, por sua vez, consiste em aspecto relevante para o repasse e construção coletiva de aspectos normativos e respeito aos valores constituintes do cenário que pertencemos. No aspecto da ciência identificamos a produção de conhecimento associado ao trabalho, bem como a pesquisa como fonte de alicerce produtivo.

A partir da proposta curricular que orienta a Educação Profissional e Tecnológica - EPT, identificam-se diferentes caminhos para consolidação da mesma. Temos nas atividades de extensão uma possibilidade de articular diferentes eixos e suscitar conhecimentos numa perspectiva de formação protagonista dos envolvidos para atuação enquanto cidadãos pertencentes a uma sociedade dinâmica e desafiadora. “Só existe saber na intervenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros. Busca esperançosa também.” (Freire, 1987, p. 33).

A partir da reflexão da construção de saberes que pode ser vislumbrada em diferentes espaços, por meio de diferentes metodologias e a partir de processo interventivo prático, identificamos nas atividades de extensão uma das possibilidades de estabelecimentos de diálogos entre comunidade interna e externa e por meio da qual é estabelecida fonte de construção de conhecimentos.

As práticas de extensão são orientadas de acordo com o projeto institucional a que fazem parte. Nesse sentido, podem expressar diferentes intenções e sua implementação atinge diferentes contextos do cenário local. Na contemporaneidade a discussão sobre a interlocução dessa junto ao ensino e pesquisa, torna necessário que se compreenda quais alcances interventivos podem ser gerados para os participantes dessas atividades.

Faz-se pertinente identificarmos quais os principais aspectos que a extensão representa para os atores do cenário escolar, como a identificam para o seu processo formativo, uma vez que, não apenas transmitem algo – temos a aquisição do aprendizado em contato com experiências diversificadas e temáticas presentes na vida em geral.

A presente pesquisa pertence à linha Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica – do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) – que abrange estudos dos espaços formais e não formais em seu planejamento ou organização, no aspecto da pesquisa, ensino e extensão e a relação com a EPT.

No intuito de identificarmos a percepção dos sujeitos envolvidos nas atividades de extensão, trataremos como aspecto norteador o questionamento: De que maneira as atividades de extensão contribuem no processo formativo numa perspectiva de formação humana integral?

A escolha do tema teve início durante discussões em sala de aula em uma das disciplinas do mestrado em Educação Profissional e Tecnológica a partir da reflexão sobre a construção do conhecimento teórico e prático para atuação autônoma e emancipatória dos sujeitos em formação. “A finalidade da educação não deve ser a formação “para”; seja “para o mercado de trabalho” ou “para a vida”. É formação pelo trabalho e na vida” (RAMOS, 2008, p.23).

Na condução desse estudo foi delimitado como objetivo geral: Identificar os critérios que orientam a implementação das atividades de extensão no IFAM e as contribuições das atividades para a formação humana integral dos discentes da EPTNM.

Quanto aos objetivos específicos: Descrever o histórico e o conceitual da extensão no âmbito acadêmico; Explanar acerca da extensão nos Institutos Federais e sua relação com a formação humana integral; Avaliar qualitativamente a percepção

dos alunos e professores integrantes do programa institucional de bolsas de extensão do IFAM 2019, a sua contribuição e impacto formativo.

A relevância desse estudo para o âmbito acadêmico envolve ampliação da discussão para além do contexto universitário (onde está vinculado surgimento das práticas de extensão). Ao delimitarmos o direcionamento para ensino profissional e técnico, verificamos a necessidade de contribuição que abranja uma discussão do tema junto ao campo do ensino médio de nível técnico, com destaque para o envolvimento do tripé ensino pesquisa e extensão dentro desse nível de ensino.

As práticas oriundas nessa etapa, envolvem sujeitos em processo de desenvolvimento formativo (quer pela faixa etária, quer pelo nível escolar) o que sugere um momento oportuno para aquisição de conhecimentos práticos para futura atuação profissional, tendo a extensão como subsídio numa relação dialógica entre discente, docentes e público externo. Além do desenvolvimento (e aplicação) dos conhecimentos adquiridos, seja no espaço acadêmico ou em demais campos de participação.

A presente temática permite identificar os caminhos que as atividades de extensão desenvolvidas no contexto da educação profissional e técnica de nível médio estão sendo implementadas e suas contribuições. Cabe compreendermos no cenário contemporâneo qual o alcance permitido para que se fortaleça a proposta de educação com vistas a formação integral, para que o alcance interventivo de modo autônomo possa ser ampliado para as mais diversas demandas reprimidas ou específicas em nossa sociedade. Portanto, a discussão é pertinente também para o campo social por meio do conhecimento construído.

Este trabalho está organizado com dois capítulos de referencial teórico, o percurso metodológico utilizado, discussão dos resultados da pesquisa e o produto educacional desenvolvido.

É apresentada discussão dos aspectos históricos e conceituais, dividido em dois tópicos: um específico do processo de transformação histórica da extensão e suas formas de implementação; outro com as diferentes abordagens do que seria a extensão.

No capítulo seguinte, destaca-se a extensão dentro do contexto dos Institutos Federais, também dividido em dois tópicos: Sobre os institutos e seu contexto de surgimento, para que se compreendam as bases conceituais que o norteiam na

contemporaneidade; A característica da extensão orientada por uma das bases, que é a formação humana integral, presente na EPT.

A metodologia utilizada é apresentada para então adentrarmos nos resultados e discussões surgidos, no que concerne as contribuições das atividades de PIBEX/IFAM para o ensino técnico de nível médio: o primeiro tópico com a percepção docente e o outro com a dos discentes. Na etapa final, abordamos a confecção e avaliação do nosso produto educacional e como poderá contribuir para a área pesquisada.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS

2.1 Desenvolvimento e implementação da extensão no Brasil

O processo de desenvolvimento e surgimento histórico das atividades de extensão no âmbito da educação, estão associados ao contexto universitário em sua implementação e reformulação. Muito embora o foco deste trabalho esteja direcionado para a educação profissional e técnica de nível médio, cabe identificarmos a qual "herança" educativa é pertencente essa modalidade representada nos dias de hoje.

A análise da historicidade da implementação de atividades de extensão se confunde com a própria historicidade da universidade, local onde de forma regulamentada encontramos registros de suas primeiras ações, envoltos de sentidos e influências variantes. No estudo de Miguens Jr. e Celeste (2014), são destacadas algumas experiências desde aspecto filantrópico de cunho religioso em Portugal, realizado no mosteiro de Alcobaça, além dos movimentos de universidades populares da Europa e os de caráter acadêmico.

Em nossa discussão, trataremos como foco o cenário brasileiro em suas principais modificações, com vistas a identificar diferentes abordagens conceituais e registros históricos, até chegarmos na contemporaneidade que trata da articulação da extensão junto ao ensino e a pesquisa.

De forma geral a extensão incorporou ao longo dos anos diferentes formas e atendeu a objetivos distintos de acordo com o contexto que fazia parte. Nesse sentido, é pertinente entender que cada país teve uma forma de representação de acordo com seu cenário econômico e político, além de exercer ou receber influência de outros.

As primeiras manifestações da chamada extensão universitária ocorreram na Inglaterra na segunda metade do século XIX. De acordo com Paula (2013), ocorreu a transição para demais países alcançando território europeu e também os Estados Unidos. O autor destaca duas linhas adotadas pelas universidades enquanto a forma de extensão.

A primeira envolveu respostas ao capitalismo por meio de ações desenvolvidas por diversos setores. Dentro do cenário do capitalismo, com as manifestações dos antagonismos acumulação e reivindicação, surgem algumas formas de organização para preservar os interesses dominantes, atendendo aos das necessidades postas naquele momento.

A segunda, que fora implementada pelos Estados Unidos, visava aproximar universidade ao atendimento de questões econômicas com ações de cunho tecnológico como foco na modernização e desenvolvimento.

É nesse contexto, em que o Estado e outras instituições responsáveis pela manutenção da ordem social despertaram para a necessidade de oferecer políticas capazes de atender/neutralizar reivindicações operário-populares, que também as universidades se voltaram, de fato, para a questão social, inicialmente e, depois, para um amplo conjunto de campos e interesses, [...] (PAULA, 2013, p.9).

A extensão advém da ideia de que a universidade necessitava propagar os conhecimentos junto à sociedade. Em suas discussões, o estudo de Melo Neto (2002) traz um panorama em nível mundial, identificando diferentes manifestações de práticas extensionistas no contexto universitário, na qual denomina de busca pela percepção e ontologia da extensão. Verifica-se na fase inicial uma implementação na Europa por meio de propagação de conhecimentos técnicos das chamadas universidades populares, enquanto no cenário americano ocorre uma tratativa por meio da prestação de serviços.

No Brasil houve a tentativa de tornar o conhecimento científico acessível aos que não pertenciam ao âmbito acadêmico, portanto a partir da popularização do acesso:

A extensão aqui é entendida em termos de difusão da cultura e de integração da universidade com o "povo". As vias de implementação serão, naturalmente, os cursos de extensão e divulgação de conhecimentos científicos e artísticos. Trata-se de uma concepção que compreende a função da universidade como "doadora" de conhecimento, pretendendo impor uma "sapientia" universitária a ser absorvida pelo povo. (MELO NETO, 2002, p.10).

De acordo com Bemvenuti (2005) a extensão surge com discurso de elevação cultural para quem não tinha acesso ao contexto universitário, por meio de cursos isolados, ganhando força com a mobilização dos estudantes em direção ao atendimento das classes populares.

Verificamos no cenário brasileiro práticas exercidas com base em diferentes modelos. No estudo de Filho e Silveira (2011) são destacadas as práticas históricas da socialização do saber, prestação de serviços e como prática acadêmica. Na socialização do saber temos uma influência do modelo europeu. Levar determinadas práticas culturais de dentro da universidade para outros grupos externos a ela, não considerando como fonte de ampliação práticas já desenvolvidas, ocupando-se em levar outras novas com os avanços científicos produzidos.

Nesse viés, em 1904, a Universidade Popular do Rio de Janeiro tinha como objetivo oferecer instrução superior e educação social ao proletariado, difundindo o saber e a beleza sob todas as suas formas, principalmente pela instituição de cursos e conferências. [...] (FILHO; SILVEIRA, 2011, p. 2).

Esse modo de instrução excluía, de certa forma, a reflexão sobre as necessidades específicas daquela realidade em que trabalhavam ofertando cursos. O que impactava na própria formação daqueles que também estavam em processo formativo profissional.

Em nível Nacional foi na Universidade Livre de São Paulo, em 1912, a primeira abertura para a sociedade, com conferências semanais gratuitas oferecidas ao público, e foi considerada como a primeira experiência de extensão. “Seguindo os moldes das Universidades na Inglaterra, eram oferecidos cursos populares, direcionados ao público externo.” (BATISTA; KERBAUY, 2018, p.923).

As ações de extensão realizadas naquele momento eram baseadas no modelo da Inglaterra, a partir da oferta de cursos abertos aos interessados, portanto com foco na transmissão de saberes com interesse próprio da universidade e não uma relação de troca para realização de práticas que agregassem experiências de fora para dentro. “O pioneirismo da extensão universitária desenvolvida no Brasil pela Universidade Livre de São Paulo deu-se por meio de cursos e conferências abertas ao público que não atraíram a população, apesar de gratuitos.” (GERALDO, 2015, p.46).

Vale destacar que, apesar de voltado para público externo, os cursos tinham como condição para participação, conforme Batista e Kerbauy (2018), ter algum conhecimento prévio sobre o tema – o que alcançava público muito mais interno do que externo.

“Além disso, também não supriam carências profissionais, enfim, os assuntos tratados eram fora da realidade da população. Enfim, pode-se afirmar que essa foi uma tentativa, mal sucedida, de cópia da corrente inglesa de extensão.” (GERALDO, 2015, p.46).

A partir do Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931 (Estatuto das Universidades Brasileiras), é feita primeira referência legal à extensão universitária vinculando-a com o papel de se transmitir de cultura para quem não estava inserido na universidade.

Neste período, afirmam-se as ideias referentes a extensão artística e cultural; a relação entre universidade e povo – mormente populações carentes; e à concepção da extensão como uma função eminentemente política. Iniciam-se tentativas nacionais no sentido de institucionalização da extensão, sendo

expressivo o conteúdo do Estatuto das Universidades, de 1931. (GURGEL, 1984, p.55).

A articulação dos estudantes brasileiros na década de 60 por meio dos movimentos estudantis, a exemplo da União Nacional dos Estudantes (UNE), significou base contributiva para as atividades de extensão, por contemplar reivindicações da reforma universitária em um período de disputa política, tendo como referência o Movimento de Córdoba.

Esse movimento exerceu influência na América Latina em relação aos modelos de universidade, questionou-se a relação e compromisso junto à sociedade e a proposta de reforma universitária e a busca por um conceito de extensão.

A partir das reivindicações, foram ofertadas algumas modalidades formativas e a sinalização da institucionalização da extensão tem seu início com a criação principalmente de centros culturais.

Na década de 60 a extensão é chamada a desempenhar cursos que possam atender aos interesses dominantes, com forte concepção assistencialista e a segurança do território nacional como foco para desenvolvimento.

Na Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968, que fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, trouxe o respaldo da indissociabilidade com ensino e pesquisa, e o desenvolvimento de programas:

Art.20- As universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhes são inerentes"; [...] Art. 40, alínea a) por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento; (BRASIL,1968).

Começa o enfoque da extensão como instrumento de mudanças e ofertas de melhorias no contexto da realidade social, no entanto, sem estabelecer diálogo com a esfera popular. De acordo com Carbonari e Pereira (2007), foi o momento em que as ações das instituições de ensino superior passaram a ser controladas e restritas.

Nesse mesmo período ocorreram lançamentos de cursos universitários no atendimento de demandas sociais, num caráter de prestação de serviços.

[...] O período é ainda o momento em que se afirmam nas décadas seguintes o Centro Popular de Cultura; a extensão da Universidade de Brasília; o Serviço de Extensão Cultural da Universidade de Pernambuco; a Universidade Volante do Paraná; e aparece o primeiro Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária – CRUTAC e o Projeto Rondon. (GURGEL, 1984, p.55).

Para Filho e Silveira (2011), dentre as práticas que estavam nos moldes de serviço à comunidade, o CRUTAC, originado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte na década de 60, realizava treinamento de estudantes no meio rural, ampliado posteriormente para demais regiões do Brasil.

O viés assistencialista ganha força durante contexto ditatorial e o ideal para desenvolvimento de segurança do território nacional. Vale destacar a relevância dos movimentos sociais com reivindicações na área da educação em que, após período ditatorial algumas demandas levantadas pelo movimento estudantil foram atendidas.

Ocorre uma tentativa de incorporar à universidade a responsabilidade em resolver as problemáticas sociais sem que ocorra um processo de análise com troca de saberes entre os envolvidos ou uma reflexão dessa realidade. “A ideia de emancipação e o assistencialismo conviveram simultaneamente nessas propostas.” (CARBONARI; PEREIRA, 2007, p.24).

Nesse sentido, a atenção dada a realidade brasileira passa a fazer parte dos currículos universitários, porém, conforme Bemvenuti (2005), esse processo ocorreu de forma deturpada do seu real significado, em virtude das intenções políticas em trânsito. Dentre as modificações perpassadas na implementação das ações de extensão no Brasil, a autora cita três formas de extensão influenciadas pelo contexto político e econômico do país: tradição latino-americana, tradição americana e a parceria.

Na tradição latino-americana, destacam-se o ativismo estudantil como principal agente onde as fortes manifestações na área da educação no período que inicia na década de 60, trouxeram bases do pensamento de Paulo Freire, com vistas a igualdade social e consciência popular. Na tradição americana à universidade estaria voltada para atendimento de serviços e capacitações de acordo com a necessidade da população. Na parceria, ocorre o compartilhamento de recursos ao setor produtivo bem como do conhecimento técnico.

Durante a década de 70, não somente no interior das universidades, mas na sociedade como um todo havia reivindicação por mudanças. O foco da extensão deveria acompanhar essa realidade para buscar na comunidade aspectos formativos.

No desenvolvimento das atividades de extensão, por influência de movimentos de resistência política do país, a comunidade passou a ser tema de articulação aos conhecimentos dos profissionais em formação, a fim de propor ações interventivas.

Não se tratava somente em levar conhecimentos para fora dessa, mas captar experiências para fortalecimento de uma formação e prática transformadora.

A terceira linha abordada por Filho e Silveira (2011) diz respeito a um movimento interno oriundo dos próprios sujeitos pertencentes a comunidade acadêmica, por meio de espaços de discussões sobre a universidade, sua participação na sociedade e como a extensão contribui nesse processo: a tratativa curricular da extensão.

A participação da comunidade permite a democratização do conhecimento numa relação de troca de saberes. Segundo o estudo de Silveira e Filho (2011), esse foi um movimento de avanço que corresponde a tratativa acadêmica junto à extensão e sua relação com a pesquisa e ensino. A relação com a pesquisa é estabelecida quando se oferta resposta para sociedade numa perspectiva de mudança, e a relação com o ensino é desencadeada no momento da prática articulada à formação.

Paula (2013) traz a divisão em três grandes etapas cronológicas: a extensão universitária antes, durante e pós-ditadura. Essa última traz novos atores de movimentos sociais e suas demandas quer seja na ampliação de direitos ou setor produtivo.

O estudo de Gurgel (1984) aborda três aspectos das ações de extensão: 1) surgimento no Brasil por meio das universidades; 2) as formas de implementação com viés de fortalecimento de classe subalterna com apoio a mudanças societárias ou como mecanismo que os limitem; e 3) as mudanças ocasionadas no interior das universidades. Seu questionamento parte de o porquê a extensão não ter sido apreendida em seu movimento na comunidade escolar como função e sim desvinculado do ensino e pesquisa.

O autor utiliza Gramsci como quadro referencial para análise num estudo histórico-estrutural. Destacam-se as experiências pioneiras, experiências isoladas e disseminação de ideias a partir de movimentos sociais, e o período de institucionalização.

A fragilidade do ensino e a incipiência das pesquisas realizadas pelas universidades, parecem ter sido as causas principais da operacionalização da extensão universitária em forma de prestação de serviços sociais de caráter assistemático, muitas vezes, substitutivos da ação governamental. Ainda hoje, o ensino é visto como a função básica da universidade, numa tradição de transmissão de conhecimentos, muitas vezes já superados ou alienados da realidade; é maior a preocupação com a memorização dos conhecimentos e com a verificação de aprendizagem – as provas –, do que com a problematização de situações que poderiam levar a um efetivo aprendizado. (GURGEL, 1984, p 58).

Em análise a década de 80, encontramos nas discussões de Tavares (1997) a questão da extensão, a qual não fora atribuída como prioridade num primeiro momento no Brasil, por questões do movimento de crise hegemônica em que se encontrava o país naquele período. No entanto, algumas propostas surgiram com pretensão pela reformulação universitária, para que esta pudesse acompanhar a realidade brasileira o que reforçou o aspecto da extensão como prestadora de serviços. Muito embora estive voltada para o campo social, atendia aos interesses de quem as financiava – que não correspondia nem a comunidade e nem a própria universidade.

Com relação à extensão nas legislações, encontramos na Constituição Federal de 1988, o aspecto da indissociabilidade, conforme Art. 207: “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.” (BRASIL, 1988).

A prática de extensão, mediante modificações históricas, atualmente imprime papel que subsidia o cumprimento da missão universitária em estabelecer interação dialógica e apresentar respostas aos problemas sociais, além de ofertar aos diferentes segmentos inovações tecnológicas necessárias com profissionais aptos ao atendimento desses.

A extensão envolve uma vasta área de prestação de serviços e os seus destinatários são variados: grupos sociais populares e suas organizações; movimentos sociais; comunidades locais ou regionais; governos locais; o sector público; o sector privado. Para além dos serviços prestados a destinatários bem definidos, há também toda uma outra área de prestação de serviços que tem a sociedade em geral como destinatária. (SANTOS, 2008, p. 54).

No período correspondente à década de 90 com a Lei 9394/96, (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB) aspecto legislativo que normatiza as ações na área de educação básica e superior na contemporaneidade, observamos a extensão como uma das finalidades do ensino superior, no artigo 43 inciso VII: “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.” (BRASIL, 1996).

Aqui verificamos um conceito amplo, podendo ser entendido como aspecto transmissor/difusor de conteúdos que se desvincula de uma possível aproximação de saberes estabelecidos por troca ou construção pelos atores envolvidos.

No inciso VIII da mesma lei temos o destaque para interlocução entre redes de ensino como uma aproximação de uma prática com vistas de capacitação profissional – “atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares.” (BRASIL, 1996).

Acompanhamos até aqui de forma breve alguns pontos que suscitaram o surgimento de algumas práticas extensionistas, bem como a intencionalidade a ela atribuída, seja pelo cenário político, econômico ou articulação societária do período.

Em virtude dessa diversidade no modo de sua aplicação, faz-se necessário pontuarmos algumas discussões que versam sobre um possível conceito de extensão. Entendemos a necessidade de compreender a amplitude das abordagens, a fim de expormos a delimitação que iremos tratar nesse estudo – como é orientada a extensão na rede federal de educação tecnológica.

2.2 Extensão ou Extensões

A palavra extensão pode apresentar significados diferentes de acordo com o contexto em que é aplicada. Conforme verificamos no tópico anterior, temos uma herança no modo como fora realizada na área da educação em suas formas de implementação. Isso reflete no modelo e objetivos acadêmicos, nas articulações internas e externas à universidade e em como entendem o significado da articulação do ensino, pesquisa e extensão, ou na forma que esta última pode ser incorporada.

É pertinente refletirmos o que um aspecto norteador de uma atividade pode representar na maneira de seu planejamento e realização, o que ele atende e a quem – qual direcionamento é encaminhada uma prática extensionista de acordo com o conceito em que é compreendida. “As ações de extensão, quer na forma de cursos, projetos e programas ou prestação de serviços estiveram, desde a sua trajetória no Brasil, marcadas, sobretudo, pelas concepções assistencialista e mercadológica.” (GERALDO, 2015, p.83).

Serrano (2010) ao dialogar sobre diferentes formatos da extensão ao longo da história, enfatiza as dimensões assumidas pelas atividades e traz quatro momentos da conceituação e prática. O primeiro conceito versa sobre a ‘Transmissão vertical do conhecimento’ no sentido de a universidade levar um saber ditado como absoluto, de

modo restrito e autoritário. No 'Voluntarismo' temos início de abertura para um formato mais próximo do diálogo, a partir das ações realizadas pela igreja, movimentos estudantis e as universidades populares.

Na 'Ação sócio-comunitária institucional' são expressos os programas desenvolvidos para segmentos populacionais de forma não sistemática e descontínua. No conceito 'Acadêmico institucional' temos grande alicerce nas ideias de Paulo Freire e forte aspecto dialógico na produção de conhecimentos para fundamentar práticas extensionistas.

Assim, de acordo como é interpretada, pode ter uma amplitude de alcance que envolva transmissão de algo, levar conteúdo com uma intenção de superioridade de quem a fornece em relação a quem o recebe ou práticas que não associam para necessidade de mudanças. Por outro lado, temos a possibilidade de uma construção coletiva e de igualdade.

Conforme aborda Gurgel (1984) não há uma única extensão universitária e sim "extensões", uma vez que contemplam diferentes intenções de acordo com o grupo que pertencem e o objetivo que desejam realizá-la. O perfil de um ensino fragilizado contribuiu para desencadeamento de uma prática extensionista substitutiva da responsabilidade governamental ao prestar serviços assistemáticos.

Rays (2003) no debate sobre a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, destaca a diferença na difusão desses conceitos, onde a extensão historicamente aparece com uma discussão menor ou com errônea interpretação.

A palavra extensão (Do latim: Extensionem), no seu sentido stricto, significa estender, difundir. No entanto, os desdobramentos que a palavra toma quando transporta para uma das atividades-fins do ensino superior, traem, em algumas situações extensionistas, o seu real significado, o seu real sentido, quando evereda para atividades exclusivamente assistencialistas. (RAYS, 2003, p.2).

Em relação ao termo extensão em específico, encontramos uma discussão de Freire (1983) se referindo ao contexto rural, em que analisa a relação entre o agrônomo e o camponês trazendo uma reflexão em relação ao uso dessa nomenclatura. O autor descreve uma crítica em relação a não adequação desta no sentido em que é implementada, uma vez que está implícita uma relação de transferências e não de troca de saberes, participação e comunicação entre seus agentes.

Vale destacar que embora o autor trabalhe esse termo em um diferente cenário, faz uma reflexão associando-o a área da educação, simbolizando o professor e o aluno como agentes.

Nos campos associativos do termo extensão que foram abordados no estudo de Freire (1983) apoiando-se na análise semântica das relações estabelecidas, destacam-se a transmissão de conteúdos escolhidos e realizados por um sujeito ativo para um outro (tido como recipiente), a entrega para quem está fora do cenário de produção de conteúdo formal, messianismo, superioridade/inferioridade, mecanicismo e invasão cultural.

Nessa análise, verificamos a crítica ao direcionar esta forma de extensão, desvinculada da questão educativa problematizada por seus participantes, portanto, sem exercer caráter libertador. Considerar que no estabelecimento da troca de informações entende-se e respeita-se a cultura do outro sem ditar uma superioridade, não domesticando ou estendendo e sim, estabelecendo uma comunicação.

No estudo de Melo Neto (2014) verificamos o termo trabalho social útil atribuído à prática extensionista, em sua articulação com ensino e pesquisa. Parte-se da identificação de questões postas na realidade para a formulação do conteúdo pedagógico e difusão de conhecimento, tendo alcance do atendimento de algumas necessidades postas.

[...] É pelo trabalho social que se vai transformando a natureza e criando cultura. A extensão, tendo como dimensão principal o trabalho social, será produtora de cultura. O trabalho social não se exerce apenas a partir dos participantes da comunidade universitária, servidores e alunos. Ele tem uma dimensão externa à universidade, que é a participação dos membros da comunidade e de movimentos sociais, dirigentes sindicais, associações, numa relação “biunívoca”, na qual participantes da universidade e participantes desses movimentos confluem. (MELO NETO, 2002, p.18).

A extensão é vista como o ato de aproximação do aluno com uma vivência que nem sempre é percebida/refletida no cotidiano. Sendo parte de uma formação com vistas em integralidade de saberes. O alcance na esfera comunitária permitirá reflexão para novos aprendizados para os integrantes dessa modalidade de educação, bem como socialização dos saberes construídos entre todos os envolvidos, ao permitir aproximação de público externo junto à comunidade escolar.

O estudo de Cover (2014) traz a abordagem da extensão como um espaço formativo no qual os discentes exercem o ensinar e o aprender. Ensinar ao transmitir conhecimentos construídos e aprender ao estarem em processo de troca com diferentes sujeitos em diferentes ambientes.

“Para dizer de forma simples, a extensão universitária é o que permanente e sistematicamente convoca a universidade para o aprofundamento de seu papel como instituição comprometida com a transformação social [...]” (PAULA, 2013, p.6).

Quanto as demandas postas para a extensão, Santos (2008), traz a reflexão da prestação de serviços que não ocorre de forma única e nem para único público. Portanto, os grupos a quem se destinam as ações se distinguem seja em suas demandas ou formas de organização, comunidade, movimentos, governo local e outros. Além disso, tem a sociedade em geral como destinatária por meio das atividades científicas, tecnológicas e culturais.

É sinalizada a importância em direcionar apoio para mudanças no cenário de exclusão e discriminação, evitando um papel mercadológico por meio da extensão, sendo importante também para esse alcance a cooperação intergovernamental.

Vejamos o conceito de extensão delimitado pelo Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras - FORPROEX:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade. (FORPROEX, 2012 p.28).

Verificamos deste modo, a extensão situada pelo FORPROEX tanto como um instrumento articulado ao ensino e pesquisa, por proporcionar criação de conhecimento nos mais variados segmentos, quanto como política pública, por estar envolta de potencialidades despertadas nos atores nela pertencentes. A colaboração na capacidade técnica poderá dar retornos frente às problemáticas societárias, bem como capacidade de atuação na elaboração, gestão, avaliação e aplicação de políticas de maior amplitude.

Dentro do contexto de educação tecnológica é ainda enfatizada como perspectiva transformadora que considera especificidade locais:

“A extensão é um processo educativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre as instituições e a sociedade, levando em consideração a territorialidade.” (FORPROEXT, 2015).

O CONIF (Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação profissional e Tecnológica) denomina como dinâmica potencializadora a relação com o ensino e pesquisa. Com o ensino são estabelecidas possibilidades no processo pedagógico entre discentes e docentes. Com a pesquisa socializa saberes com vistas à melhoria social.

Paula (2013) faz uma reflexão sobre a apreensão que a universidade tem feito em relação às atividades de extensão. A não adequação de seu real sentido pode estar associada devido própria natureza interdisciplinar, da forma de sua organização e implementação com demandas diversificadas. Faz-se necessário participação mais próxima do compromisso por mudanças.

Para Síveres (2013) dentre os entendimentos da extensão pode ser atribuído significado de processo mediador de construção de conhecimento. Conforme o autor trata-se de um jeito de ser, maneira de dialogar e uma possibilidade de aprender. Permite interação da universidade com a sociedade, que colabora para formação profissional e cidadã.

Explanaremos a seguir sobre a prática de extensão pertencente aos Institutos Federais, quais os princípios norteadores e a qual formatado são apresentadas as atividades.

3 A EXTENSÃO NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

3.1 Sobre os Institutos Federais

Ofertantes da Educação Profissional e Tecnológica – EPT – os Institutos Federais tem sua criação desencadeada um momento de intensa industrialização e necessidade de avanços produtivos no Brasil. Sua representação hoje traz princípios e diretrizes voltados para uma formação humana integral tendo o trabalho como princípio educativo.

No entanto, a Educação Profissional e Técnica para assumir a roupagem atual vivenciou inúmeras modificações e abrangeu forte bandeira de luta na constituição de sua identidade. Em seus primórdios era executada no processo de repetição (transferência de saberes) da prática observada de geração em geração, do funcionamento de determinados instrumentos. Já no período de colonização do Brasil temos os primeiros aprendizes de ofício: índios e escravos.

Após a proclamação da Independência em 1822, a Constituição outorgada em 1824 trazia no seu bojo a necessidade de se contemplar uma legislação especial sobre instrução pública com base nos ideais liberais da Revolução Francesa buscando uma nova orientação para o modelo educacional a ser implantado na sociedade.[...] O ensino de ofícios nenhum progresso registrou, preservando-se a mentalidade conservadora construída ao longo do período colonial; ou seja,

continuou a separação entre as ocupações para os pobres e desvalidos e a instrução para a elite. (CANALI, 2009 p.4).

Durante o Império, inúmeras iniciativas voltadas à educação profissional foram implementadas, como as Casas de Educandos Artífices instaladas em dez províncias, entre 1840 e 1865.

No caso brasileiro, a oferta da educação de forma regulamentada ocorre envolta de dois processos: mobilização do homem ao tomar consciência da exploração em que é submetido, associando-se ao processo de crescimento industrial do país que sai do modelo agrário exportador para um modelo urbano-industrial. Verificamos o incremento de um ensino básico para a classe tida como subalterna. Ação intencional em virtude de manutenção de poder e ordem social e permitir “conhecimentos” mínimos para crescimento produtivo do país econômico em detrimento do social.

Vieira e Souza Junior (2016) destacam acerca do Decreto n.º 787, de 11 de setembro de 1906 de Nilo Peçanha, que inicia o ensino técnico no Brasil, com a criação de quatro escolas profissionais. Em 13 de janeiro de 1937, foi assinada a Lei n.º 378, transformando as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Profissionais, destinados ao ensino profissional de todos os ramos e graus.

Na década de 30 a intensificação do desenvolvimento industrial refletiu a necessidade de alterações na educação, que passou por uma série de mudanças. A educação profissional aqui é direcionada para formação de mão-de-obra, força de trabalho.

Durante o período de 1930 e 1940 o aspecto formativo começou a ganhar expansão com ofertas de cursos primários, acompanhados de cursos rurais e profissionais, conforme destaca Escott e Moraes (2012), com atividades voltadas para comércio e setor de serviços que naquele momento não davam acesso ao ensino superior. O ensino superior poderia ser cursado pelas elites após realização de ensino primário e secundário. Verificamos uma dualidade com a oferta de uma formação intelectualizada e outra direcionada para formas de fazer específicas de trabalho desprezando outros desenvolvimentos.

“A reforma Capanema em 1942 torna evidente a importância que passou a ter a educação no país e, em especial, a educação profissional, já que foram definidas leis específicas para a formação profissional em cada ramo da Economia, assim como para a formação de professores em nível médio.” (ESCOTT; MORAES, 2012, p.1495).

Em 1942, devido contexto das Reformas Capanema, foi instituído o chamado Sistema S, primeiramente o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), e mais tarde Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), o Serviço Social do Comércio (Sesc) e o Serviço Social da Indústria (Sesi). Com intuito de formar trabalhadores de acordo com as demandas do cenário em desenvolvimento do país, a criação do sistema S buscou a oferta de cursos para área industrial e comercial.

Nesse mesmo período as Escolas de Aprendizes Artífices são transformadas em Escolas Industriais e Técnicas, momento em que a formação profissional é oferecida correspondente ao nível secundário, onde passa ser reconhecido direito ao acesso ao nível superior dentro da área de formação técnica. (BRASIL, 2010)
 “Em se tratando da rede federal de educação profissional, o final da década de 50 é marcado pela transformação das escolas técnicas em autarquias, que passam a se denominar Escolas Técnicas Federais [...]” (AMORIM, 2013, p.40).

Em 1964, com a ditadura militar, ocorre a reforma do ensino 1.º e 2.º grau por meio da Lei n.º 5.692/71, que tenta impor o ensino médio profissionalizante para todos. Vale ressaltar que o país vivenciava um projeto desenvolvimentista e demandava mão-de-obra para atendê-lo. No entanto, a estrutura disponibilizada não alcançava a proposta formativa, extinguindo-se a obrigatoriedade no ano seguinte.
 “Com o golpe militar de 64 e o projeto de desenvolvimento econômico colocado para o país, a educação brasileira é reorganizada de modo a atender às necessidades de qualificação de força de trabalho para o mercado.” (AMORIM, 2013, p.41-42).

A formação técnica vem para suprir a escassez no investimento do ensino superior, como uma ponte para ingresso no mercado e suprir o alcance da expansão pretendida. Após o período ditatorial, ocorre o processo de redemocratização: diferentes grupos atuantes discutem mudanças que incidem na educação brasileira.

O desenvolvimento das forças produtivas, à medida que vai avançando em razão das mudanças na base técnica, vai trazendo novas demandas para a educação dos trabalhadores, o que no modo de produção capitalista responde às necessidades decorrentes da valorização do capital. (KUENZER; GRABOWSKI, 2006, p.300-301).

A oferta de nível superior na rede federal, inicia-se no final da década de 70 em algumas localidades, após transformação de três Escolas Técnicas Federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) em Centros Federais de Educação Tecnológica. Em meados dos anos 90 o movimento por mudanças sinalizado nas instituições federais buscava por uma reforma que abrangesse também a pedagogia institucional na busca

de acompanhar e responder às demandas da realidade do país. A partir de aparato legislativo as Escolas técnicas Federais tornam-se (CEFET) Centros Federais de Educação Tecnológica (BRASIL, 2010).

Incorporam-se diferentes teorias educacionais e almeja-se uma nova estrutura de ensino. Segundo Vieira e Souza Junior (2016), na década de 90 com o advento da Lei n.º 9.394/1996 é promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. No entanto só encontramos a definição de educação profissional e tecnológica a partir da Lei n.º 11.741/2008.

A partir daí, a expressão Educação Profissional, que constava do artigo 39 da LDBEN, passou para Educação Profissional e Tecnológica. Essa alteração teve por objetivo redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura. (VIEIRA; SOUZA JUNIOR, 2016, p.159).

O processo de expansão da educação profissional e tecnológica passa a fazer parte da agenda pública. Essa modalidade educativa começa a ter como foco para além do desenvolvimento econômico que a instituiu:

“[...] se o fator econômico até então era o espectro primordial que movia seu fazer pedagógico, o foco a partir de agora desloca-se para a qualidade social”. (BRASIL, 2010, p.14).

Sobre a implantação dos Institutos Federais além de buscar elevação da escolaridade: “[...] faz parte de um conjunto de políticas que enfatizam a formação profissional e tecnológica como elemento fundamental para o desenvolvimento socioeconômico de nosso país [...]” (COVER, 2014, p.2).

O estudo de Pacheco (2010) ressalta que a implantação dos Institutos Federais traz uma nova roupagem para educação profissional, tendo na sociedade seu foco e compromisso, o que denomina de projeto progressista, para uma transformação.

Referente ao amparo legal, destacamos a Lei nº 11.982 de 29 de dezembro de 2008 – cria a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – que dentre as finalidades dos Institutos Federais traz:

Art. 6º I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais; (BRASIL, 2008).

“A expansão da rede federal de ensino nos últimos anos, parte de uma política que visa ampliar a democratização do acesso à formação para os jovens brasileiros e profissionalizá-los, nos remete para reflexões importantes [...]” (COVER, 2014, p.4).

A atual proposta da EPT é vinculada à classe trabalhadora, indicando uma formação integral onde se articule teoria e prática e desenvolvam-se potenciais, para o educando cumprir exercícios críticos e atender demandas de onde esteja inserido – trata-se de ultrapassar uma formação voltada puramente para funções técnica, mas com alcance do protagonismo para intervenção em sua realidade.

Segundo dados do Ministério da Educação até o ano de 2019 a Rede Federal está composta por 38 Institutos Federais, 02 CEFETs, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II, num total de 661 unidades distribuídas entre as 27 unidades federadas do país.

3.2 A extensão sob a ótica da formação humana integral

Dentre as principais finalidades dos Institutos Federais está o compromisso para com a qualificação através da educação profissional e tecnológica com vistas à atuação profissional e cidadã e desenvolvimento de programas que fomentem ensino, pesquisa e extensão.

O Documento Base sobre a Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio (BRASIL/MEC/SETEC, 2007) aponta alguns princípios e fundamentos para desenvolvimento da educação integral, com destaque para mediação da organização curricular implementada seguindo as estruturas bases: trabalho, ciência, tecnologia e cultura.

Dessa forma, o itinerário formativo da educação profissional visa um avanço social em que integração é envolta de determinados sentidos. O estudo de Ramos (2008) traz a reflexão do trabalho, ciência e cultura como elementos estruturantes das dimensões de vida. Trabalho entendido como atividade inerente ao homem, produtor de valor e fonte de realização humana, a ciência como produtora de conhecimentos e avanços produtivos e o aspecto cultural que orienta as normas e valores societários.

Nos conceitos e concepções refletidas sobre a formação humana integral, o estudo de Pacheco (2012) afirma que, a partir do trabalho homens e mulheres atuam

como histórico-sociais e produzem conhecimento dentro de múltiplas relações que constituem a totalidade. Uma formação humana integral caminha na articulação das dimensões da vida no processo educativo.

Educação integradora deve tratar a totalidade, e unir educação geral com profissional – superar a visão de que executar e planejar devem estar separados. A totalidade representa as múltiplas relações existentes. Nesse processo conhecimento é entendido como uma apreensão dessas relações constitutivas da realidade.

[...] O trabalho compreendido como realização humana inerente ao ser (sentido ontológico) e como prática econômica (sentido histórico associado ao modo de produção); a ciência compreendida como os conhecimentos produzidos pela humanidade que possibilitam o contraditório avanço das forças produtivas; e a cultura, que corresponde aos valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade. (PACHECO, 2012, p.59-60).

O currículo integrado deve estar organizado de modo a permitir esse alcance dos conceitos pertencentes a uma totalidade a ser compreendida. O princípio do trabalho deve ser visto no sentido ontológico, onde o homem se apropria de sua capacidade racional e atua mediante as necessidades coletivas – planeja e produz meios para atendê-las. Dentro do contexto da educação, consiste em superar o ensino enciclopédico e propor o trabalho como princípio para que os estudantes estabeleçam relações entre teoria e realidade vivenciada.

Sob essa concepção afirma-se o trabalho como princípio educativo, isto é, como o fundamento da concepção epistemológica e pedagógica que visa a proporcionar aos sujeitos a compreensão do processo histórico de produção científica, tecnológica e cultural dos grupos sociais considerada como conhecimentos desenvolvidos e apropriados socialmente, para a transformação das condições naturais da vida e para a ampliação das capacidades, das potencialidades e dos sentidos humanos. (CIAVATTA; RAMOS, 2011, p.31-32).

A ciência atua aprofundando saberes e sistematizando o conjunto de conhecimentos legitimados socialmente ao longo da história, (BRASIL/MEC/SETEC, 2007). Dentro do ensino sua contribuição está em compreender conceitos e métodos que poderão ser transmitidos e reproduzidos bem como questionados e evoluídos (produzindo novos saberes).

Dentro desse processo a tecnologia e cultura também são integrantes. A tecnologia surge para suprir uma necessidade das relações humanas – considera-se uma extensão da aptidão do homem. Porém, só é possível a partir da apreensão da

realidade sistematizada e que sofreu transformações, (BRASIL/MEC/SETEC, 2007). Por isso é mediação entre ciência e produção.

A questão da cultura vislumbra o aspecto reflexivo em compreender os padrões existentes quer em valores, dogmas e demais criações da sociedade. A formação integrada deve alcançar entendimento das diferentes manifestações de uma sociedade, uma vez que os conhecimentos característicos de determinado tempo histórico imprimem significados dos problemas perpassados em seu cenário e as necessidades desencadeadoras desses.

“Uma formação integrada, portanto, [...] também promove a reflexão crítica sobre os padrões culturais que se constituem normas de conduta de um grupo social, [...] os quais expressam concepções, problemas, crises e potenciais de uma sociedade [...]” (BRASIL/MEC/SETEC, 2007, p.44-45).

Um possível currículo integrado deve pautar-se na problematização dos fatos e situações do ambiente que estamos inseridos e da área profissional pretendida – situações muitas vezes não aparentes e que precisam ser levantadas para melhor percepção e compreensão de mundo através dos conceitos e teorias.

Art. 14 Os currículos dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio devem proporcionar aos estudantes: I - diálogo com diversos campos do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura como referências fundamentais de sua formação; II - elementos para compreender e discutir as relações sociais de produção e de trabalho, bem como as especificidades históricas nas sociedades contemporâneas; III - recursos para exercer sua profissão com competência, idoneidade intelectual e tecnológica, autonomia e responsabilidade, orientados por princípios éticos, estéticos e políticos, bem como compromissos com a construção de uma sociedade democrática; (BRASIL, 2012).

No Art. 6º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, dentre os princípios da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, destacamos alguns incisos:

I - relação e articulação entre a formação desenvolvida no Ensino Médio e a preparação para o exercício das profissões técnicas, visando à formação integral do estudante; II - respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do desenvolvimento para a vida social e profissional; III - trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular; IV - articulação da Educação Básica com a Educação Profissional e Tecnológica, na perspectiva da integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e a intervenção social, assumindo a pesquisa como princípio pedagógico; V - indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem; (BRASIL, 2012).

Redefinir práticas pedagógicas, propor atividades instigantes de desafios a serem superados por meio da prática da pesquisa com estímulo interventivo (base reflexiva através de conceitos e atividades práticas). Dentro da proposta pedagógica a interdisciplinaridade é necessária enquanto método por ser um caminho no qual as distintas visões da realidade serão desenvolvidas mediante disciplinas.

A possibilidade do ensino médio de forma integrada, para que atenda as dimensões essenciais da vida no processo formativo (trabalho, ciência e cultura) contribuirá no atendimento das necessidades sociais, culturais, econômicas e intelectuais dos estudantes. No entanto, tal desenvolvimento pleno trata-se ainda de um desafio:

As dificuldades de implantação do ensino médio integrado se manifestam, inicialmente, como sendo de ordem operacional e conceitual. Porém, essas dificuldades são, na verdade, expressão dos limites estruturais dados pela dualidade de classes [...] (CIAVATTA; RAMOS, 2011, p.36).

Dentro das contribuições para as bases de Concepção de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, o trabalho de Ramos (2008) descreve apontamentos pertinentes que se vinculam aos princípios expostos e o desafio de implementação.

O desenvolvimento de cidadãos atuantes e questionadores, vai de encontro a perspectiva do sistema capitalista que para garantir sua hegemonia, visa a educação no sentido de reprodução de mão-de-obra.

A importância do sentido ontológico e histórico do trabalho na educação se dá no fato de que dentro da história da humanidade está presente a história da apropriação da natureza pelo homem mediado pelo trabalho. Nesse processo apreendemos a essência dos processos atuais a qual pertencemos e somos capazes de desempenhar papéis profissionais e de cidadania e não limitar o aprendizado somente à implementação de técnicas.

Assim, se faz necessária articulação entre a formação geral e a específica: não sobrepor formação profissional em relação à geral (ou vice-versa) e integrá-los tendo em vista a totalidade, com fornecimento de conhecimentos necessários para condução de sua inserção (RAMOS, 2008).

O ensino médio dentro desse contexto é visto como etapa importante para pensar a implementação desse currículo, uma vez que é o momento de escolhas tanto profissional quanto projetos futuros a serem constituídos pelos sujeitos. Entretanto, cabe destacarmos que historicamente essa etapa da educação não está voltada para

desenvolvimento humano (sujeitos e conhecimento) e sim voltado para mercado, muitas vezes ser implementado como ferramenta de empregabilidade rápida.

A educação integradora vem para superar esse paradigma e alterar essa condição por meio de educação justa. Trabalho tem dimensão de profissão, mas também deve ser pensado enquanto dimensão de realização humana. A formação deve permitir compreensão da realidade e da instrumentalidade do trabalhador permitindo intervenção na realidade, intenção de mudanças na produção de condições para reconfiguração das relações do trabalho.

O ensino integrado abordado no estudo de Araújo e Frigotto (2015) é articulado com o fornecimento de compreensão da totalidade social revelando atitudes transformadoras, atitudes de compromisso político, que vão muito além de definição curricular, pois as práticas educativas não se esgotam na escola. A contextualização, a interdisciplinaridade e o compromisso com a transformação social são apontados pelos autores como possíveis princípios orientadores de um currículo integrado.

A contextualização refere-se aos conteúdos trabalhados em sala de aula articulados com a realidade social e com projeto da classe trabalhadora. A interdisciplinaridade traz a contribuição de cada ciência garantindo diversidade na formação. O compromisso com a transformação social está associado a uma prática que questione parâmetros de subalternidade e permita fornecer subsídios reflexivos para ações interventivas emancipatórias.

A organização de conteúdos no ensino integrado proposta por Araújo e Frigotto (2015) pode ser associada com as práticas de extensão aqui discutidas. A perspectiva de formação integral não se limita ao procedimento de técnicas escolhidas, envolve principalmente compromisso para com autonomia dos sujeitos.

Temos na associação ensino, pesquisa e extensão a possibilidade desta articulação: junção da teoria e prática, além do contato com diferentes demandas do cenário local.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio em seu Art. 2º, temos a abrangência dos cursos, variantes entre formação inicial e continuada ou qualificação profissional, Educação Profissional e Técnica de Nível Médio e Educação Profissional e Tecnológica (de graduação e pós-graduação). Encontramos o aspecto da extensão no parágrafo único do mesmo artigo:

As instituições de Educação Profissional e Tecnológica, além de seus cursos regulares, oferecerão cursos de formação inicial e continuada ou qualificação

profissional para o trabalho, entre os quais estão incluídos os cursos especiais, abertos à comunidade, condicionando-se a matrícula à capacidade de aproveitamento dos educandos e não necessariamente aos correspondentes níveis de escolaridade. (BRASIL, 2012).

Os Institutos Federais têm como uma das finalidades o comprometimento com o desenvolvimento e ampliação de educação junto à população. Ao analisarmos a questão da regulamentação desses, destacamos alguns dos objetivos que versam sobre a prática do ensino, pesquisa e extensão:

Art 7º: III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade; [...] IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos; (BRASIL, 2008).

Desta forma, extensão dentro do contexto dos institutos permite interligar a Rede Federal de EPCT com as demandas do contexto externo, numa perspectiva de mudanças de paradigmas e superação de desigualdades através de prática acadêmica junto ao ensino e pesquisa.

[...] Cabe lembrar que, embora as atividades de pesquisa e extensão já ocorressem na maior parte dos antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), apenas com a promulgação da Lei nº 11.892/08 ficou estabelecida a obrigatoriedade da articulação entre ensino, pesquisa e extensão de forma indissociável na educação profissional. (SILVA; ACKERMANN, 2014, p.09).

O CONIF – traz a discussão da extensão como um caminho para democratização do conhecimento produzido nos Institutos, troca de saberes e articulação do *saber fazer* com a realidade local:

A extensão é compreendida como o espaço em que as instituições promovem a articulação entre o *saber fazer* e a realidade sócio-econômica, cultural e ambiental da região. Educação, Ciência e Tecnologia devem se articular tendo como perspectiva o desenvolvimento local e regional, possibilitando assim, a imbricação/interação necessária à vida acadêmica. (CONIF, 2013, p. 13).

O estudo de Freire (1983) nos faz repensar a extensão como um processo de formação universitária por meio de uma pedagogia crítica que facilite a construção de novos conhecimentos, percebendo o contexto social ao qual está inserido. Nesta concepção, é possível fazer a interface entre o saber acadêmico e o saber popular, construindo assim uma relação de criticidade e de intercâmbio de experiências.

É a partir dessa abordagem como via de mão dupla, que acreditamos ser a extensão uma possibilidade de formação humana integral junto aos discentes do

ensino médio. Temos um processo que assegura um aspecto formativo dos discentes por meio da troca de informações, conhecimento e acesso a novos ambientes, pessoas e culturas.

Ao mesmo tempo esse novo campo de atuação leva saberes, ao que podemos denominar de amplitude "extramuros". Vale ressaltar que embora leve formação para aqueles que não seriam do ambiente formal do ensino, também se produz, contribuindo para os diferentes públicos envolvidos.

A formação profissional aqui tratada não está direcionada exclusivamente para o trabalho em seu sentido empregatício, mas que esse deve formar para desempenho crítico do exercício profissional e cidadão, bem como possibilitar desenvolvimento de autonomia e compreensão da dinâmica social e produtiva.

Uma prática de extensão que atue em consonância com o a proposta de formação humana integral permite a interlocução de saberes e a construção de outros novos. Sugere ainda o desenvolvimento de capacidades para planejamento e iniciativas frente demandas postas.

Paulo Freire (1996) refletiu sobre a importância do respeito aos saberes dos educandos e a identificação como uma oportunidade em articular essa experiência trazida por esses para dentro do processo do ensino, associando realidade com a disciplina. A dinamicidade e a reflexão devem estar presentes na prática acadêmica crítica. Ensinar não é transferir conhecimento, ensinar envolve criação. O ato de criar possibilidades dentro do contexto de ensino para despertar nos envolvidos de forma autônoma construção do saber, com respeito aos questionamentos advindos da curiosidade despertada, à autonomia e identidade do aluno.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

O presente capítulo trata do percurso metodológico utilizado para construção da pesquisa, onde destacamos as principais etapas utilizadas no estudo – qual modalidade utilizada, procedimento e instrumentos definidos para coleta de dados e quanto a análise dos dados realizada – bem como do universo delimitado, a fim de que fossem alcançados os objetivos previamente definidos.

4.1 Tipo de Pesquisa

A pesquisa foi realizada mediante abordagem quali-quantitativa. Buscamos demonstrar por meio da análise quantitativa, uma melhor organização dos dados referente ao perfil dos participantes e identificar possíveis correlações.

“Sob o ponto de vista da abordagem do problema, a pesquisa pode ser: a) Pesquisa quantitativa: considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las [...]” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 69).

Na análise qualitativa buscamos destacar os principais diálogos postos no movimento da pesquisa, as reflexões surgidas, as características e especificidades dos participantes e os conteúdos abordados.

[...] Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos. (RICHARDSON, 2012, p. 80).

Por meio dessa abordagem ocorreu articulação dos aspectos que não podem ser vislumbrados em números, com reflexão da dinamicidade dos sujeitos da pesquisa, identificar o que não está aparente numa primeira abordagem e as diferentes percepções.

De acordo com Prodanov e Freitas, (2013 p. 70) este tipo de pesquisa “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”.

Goldenberg (2011) destaca a respeito da integração da pesquisa quantitativa e qualitativa que podem ser trabalhadas em conjunto, não sendo limitada a escolha de um único procedimento ou técnica, sendo orientada escolha de acordo com o que deseja responder com a pesquisa.

Enquanto método de abordagem, partimos do quadro de referência dialético que busca entender as diferentes representações e identificar as influências e mudanças que envolvem determinado tema.

Ao conceituar o método dialético dentro do processo de pesquisa, Corrêa (2008) traz o conhecimento gerado pelo diálogo estabelecido nas contradições. Na

contraposição de ideias sobre algum acontecimento, respondem-se ou negam-se certezas sobre esses acontecimentos, levando a outras ideias que também serão postas em novo diálogo.

Quando buscamos destacar aspectos conceituais, incluímos uma reflexão do contexto histórico e social que influenciam em como determinadas ações estão postas no cenário contemporâneo, incluindo suas modificações e desafios.

A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc. (GIL, 2008, p.33).

A extensão é um tema que envolve atores oriundos de variados contextos, que podem ter conceitos similares e distintos. A sua forma de intervenção na sociedade e construção do conhecimento realizado, necessitam de uma análise que considere as condições que determinaram essa experiência, suas expectativas e interações.

Como subsídio investigativo a presente pesquisa foi realizada em diferentes etapas: levantamento bibliográfico, pesquisa documental e estudo de campo. Em nosso levantamento bibliográfico utilizamos fontes que contribuem para nossa discussão a partir de livros, artigos científicos, dissertações e teses.

Fez-se necessário conhecer os enfoques atribuídos ao tema para uma melhor compreensão e apresentação da problemática. Investigar diferentes tratativas permite delimitar a qual aspecto a pesquisa se norteia, além de apresentar nova ótica reflexiva, posta para outras novas indagações.

“Dessa forma, a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 183).

Realizamos levantamento documental como complemento da etapa bibliográfica a partir de legislações específicas que tratam da extensão na educação com foco na sua oferta dentro da Rede de EPCT. Trouxemos alguns pontos do regimento interno do local de pesquisa definido – IFAM – e alguns dados específicos sobre o edital e regulamento do programa institucional de bolsas de extensão PIBEX na modalidade ensino médio.

A técnica de análise documental contribui como outra fonte de informação, além de ser uma forma de fundamentar discussões do pesquisador. Fazem parte dos documentos as leis, regulamentos, cartas, jornais, diários pessoais, dentre outros. (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

Realizamos conjuntamente o estudo de campo, com vistas a identificar *In loco* as vivências estabelecidas na etapa prática realizada pelos sujeitos da pesquisa e como uma forma de aproximação da realidade pesquisada. A observação em campo da articulação dos sujeitos de forma espontânea e a coleta de dados para construção e posterior avaliação dos dados.

“[...] no estudo de campo estuda-se um único grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social, ou seja, ressaltando a interação de seus componentes. (GIL, 2008, p.58).

A pesquisa é de natureza exploratória e descritiva. Na etapa exploratória buscamos a partir de revisão de literatura maiores esclarecimentos sobre a temática e com os fins descritivos, que segundo Sakamoto e Silveira (2014), permite conhecer o que se pretende pesquisar, pela observação e apresentação de elementos que se relacionam com o objeto em questão.

4.2 Universo da Pesquisa

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) foi criado no ano de 2008 pelo Decreto Lei Nº 11.892 (anteriormente Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (CEFET-AM)). Atualmente conta com 17 Campi, sendo três em Manaus (Manaus Centro, Manaus Distrito Industrial e Manaus Zona Leste) e os demais nos municípios de Coari, Lábrea, Maués, Manacapuru, Parintins, Presidente Figueiredo, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga, Humaitá, Eirunepé, Itacoatiara, Tefé, Iranduba e Boca do Acre.

As dimensões e áreas temáticas que orientam as atividades de extensão no IFAM são definidas em: programa (conjunto articulado de projetos ou atividades de médio a longo prazo), projeto (ações contínuas num período limitado de tempo), curso (presencial ou à distância, com carga horária mínima de 10hs), evento, produção e publicação, estágio e emprego, visitas técnicas e gerenciais, acompanhamento de egressos, prestação de serviço institucional e relações internacionais. (IFAM, 2012)

Para esse estudo foi delimitado acompanhamento das atividades do Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PIBEX – junto ao ensino médio no ano de 2019. Tivemos acesso aos projetos submetidos de acordo com o edital do PIBEX- IFAM para definirmos nossa amostra.

O quantitativo de projetos aprovados em 2019, totalizam em 80 (de acordo com a Portaria nº001-PROEX/IFAM de 17 de abril de 2019), sendo que estão divididos em 19 de nível superior e 61 em nível médio. Dentre os projetos de nível médio: 12 são pertencentes aos *campi* da cidade de Manaus e os demais estão divididos entre os *campi* do interior do Amazonas. Eirunepé e Manacapuru foram os municípios com mais projetos aprovados (10 e 8 projetos respectivamente).

Selecionamos os projetos de acordo com o cronograma estipulado, atentamos para incluir a maior abrangência de áreas temáticas, e delimitamos somente aqueles que seriam implementados por alunos do ensino médio (nosso público alvo). Consideramos também na escolha, o local de implementação, uma vez que necessitaríamos acompanhar as atividades.

Nesse caso, selecionamos os *campi* Manaus e Manacapuru devido ao fácil acesso para pesquisa de campo. De um total de 20 (vinte) projetos aprovados em edital do ano 2019 (desses dois *campi*), dentre os projetos que selecionamos tivemos retorno de 8 (oito) professores autorizando acompanhamento das atividades e a realização das entrevistas.

No entanto, no decorrer do processo (1) um projeto não foi realizado devido questões emergenciais de saúde do professor, e um (1) projeto apesar da implementação, não foi possível realização da entrevista com o professor devido transferência desse. Portanto, nossa amostra final contou com acompanhamento de 7 (sete) atividades, um total de 6 (seis) professores e 10 (dez) alunos para entrevista – após orientação e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Foi realizado acompanhamento das atividades dos seguintes campi: Manaus Zona Leste, Manaus Centro, Manaus Distrito Industrial e no município de Manacapuru a fim de contemplar os mais diferentes eixos trabalhados com critério de amostragem determinado por meio da identificação de projetos desenvolvidos no ensino médio no ano de 2019. Dentro deste universo, foram selecionados temas diferenciados, bem como a partir da disponibilidade destes para realização de entrevistas e consentimento para acompanhamento das atividades.

4.3 Instrumentos de Coleta e Análise dos dados

Dentre os instrumentos constantes na pesquisa, utilizamos a observação como técnica para coleta de dados a fim de identificarmos as relações estabelecidas entre alunos e comunidade no que concerne a prática baseada em sua base formativa e suas diferentes manifestações.

[...] A Observação depende de um olhar sensível e curioso do pesquisador que mantém uma postura aberta ao observado, procurando não influenciar sua percepção e seu registro [...] e ater-se à finalidade da descrição da realidade, o mais fiel possível.” (SAKAMOTO; SILVEIRA, 2014 p.58).

Os primeiros diálogos serviram para uma aproximação com os envolvidos nas atividades e ter um panorama geral. A fase de acompanhamento dos projetos, permitiu obter reflexões sobre os papéis estabelecidos em grupo, eventuais dificuldades e a prática realizada. “Na observação sistemática, o observador sabe o que procura e o que carece de importância em determinada situação.” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 193).

A coleta de dados utilizou de entrevista semiestruturada, na qual identificamos como uma etapa de aproximação com os sujeitos da pesquisa. Esse formato permitiu que diferentes diálogos fossem surgindo. Buscamos conhecer o perfil dos envolvidos nas atividades de extensão do IFAM, suas diferentes percepções a respeito da atuação realizada, bem como suas reflexões sobre o aspecto contributivo.

Pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação. (GIL, 2008, p.109)

Na etapa das entrevistas, optamos por sua realização após finalização dos projetos, por conseguirmos obter um melhor tempo para diálogo, não interferindo no cronograma previamente estabelecido entre professores e alunos, além de alcançarmos uma visão da ação em sua totalidade (do que foi planejado e do que foi implementado).

Todas as entrevistas foram realizadas mediante gravações que posteriormente foram transcritas preservando sua integridade de conteúdo. Quanto a análise dos dados foi utilizada a Análise de Conteúdo com Base na técnica descrita por Bardin

(2011), onde se faz análise tanto do que foi dito pelo participante da pesquisa quanto do que foi observado pelo pesquisador.

Organizamos as informações com a leitura geral do material transcrito, na etapa denominada “pré-análise”. Posteriormente fizemos a exploração do material, onde partimos para a codificação em categorias.

As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos. O critério de categorização pode ser semântico [...], sintático (os verbos, os adjetivos), léxico [...] e expressivo [...]. (BARDIN, 2011, p.147).

Após os dados sistematizados, partimos para interpretação desses, com destaque aos aspectos correlacionados ou diferentes que surgiram no decorrer da pesquisa, relacionando-os com aspecto teórico. “Salienta-se o caráter social da análise de conteúdo, uma vez que é uma técnica com intuito de produzir inferências de um texto para seu contexto social de forma objetiva.” (BAUER; GASKELL, 2002 apud SILVA; FOSSÁ, 2015, p.2).

5 CONTRIBUIÇÕES DAS ATIVIDADES DO PIBEX/IFAM PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

Na Resolução Nº 02- CONSUP/IFAM, de 28 de março de 2011, que dispõe sobre a aprovação do Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), verificamos quanto ao regime acadêmico:

Art. 157. O currículo no IFAM está fundamentado em bases filosóficas, epistemológicas, metodológicas, socioculturais e legais, expressas no seu projeto político-institucional, sendo norteado pelos princípios da estética, da sensibilidade, da política da igualdade, da ética, da identidade, da interdisciplinaridade, da contextualização, da flexibilidade e da educação como processo de formação por toda a vida, articulando sociedade, trabalho, cultura, tecnologia na formação do ser humano. Parágrafo Único. Ao definir suas políticas educacionais, o IFAM levará em conta o respeito às especificidades dos indivíduos e comunidades destinatárias de suas ações, promovendo a inclusão e a preservação das diferenças, tendo isto como parte dos fundamentos primordiais da concepção de educação e do ato educativo. (IFAM, 2011).

Destacamos a definição de políticas que considerem a realidade local, suas especificidades, respeitando aspecto cultural e suas diferenças, baseados em um projeto que vise igualdade e ética no processo formativo. As ações de extensão

deverão apoiar o desenvolvimento social e a divulgação da ciência e tecnologia junto à comunidade articuladas com a pesquisa e ensino.

A seguir, destacaremos a percepção dos participantes de uma das modalidades de extensão implementadas no referente instituto, a forma de implementação e acompanhamento das atividades, as reflexões surgidas dos professores e alunos, com foco nos aspectos contributivos para formação e sua amplitude de alcance.

5.1 Perfil e percepção dos participantes: Docentes

O primeiro contato com os docentes foi feito via e-mail ou por telefone, onde foi apresentada proposta de nossa pesquisa e após aceito o convite em participar, buscamos conhecer sobre os projetos e suas fases de planejamento. Também fora o momento em que solicitamos autorização aos docentes e alunos para acompanhamento das atividades na fase de implementação dessas em campo.

Com o total de 15 perguntas definidas como roteiro (sendo 2 fechadas e as demais abertas), deixando ainda espaço para comentários adicionais, realizamos junto aos professores – responsáveis pela criação e implementação dos projetos – questões que buscassem inicialmente descrever de modo breve quem são os mediadores das atividades – o perfil docente.

Os participantes foram identificados por meio de códigos (P1 a P6). Após análise quanto ao perfil docente, será dado destaque específico aos projetos e sua contribuição. Os diálogos que surgiram serão expostos por meio de categorias analisadas.

No que concerne à idade, identificamos uma variação entre 29 a 62 anos, o que sugere uma faixa etária diversificada com tempos de formação distintos. Questionamos o tempo de atuação na docência e verificamos que varia entre 6 a 32 anos.

O tempo de trabalho em sala de aula demonstra a experiência e vivência, e pode ser um indicativo de que os professores podem trabalhar uma maior gama de ideias e estratégias metodológicas. Desse modo a atividade de extensão pode ser um desses mecanismos.

Verificamos ainda em relação aos cursos de aperfeiçoamento realizados. Nas respostas recebidas identificamos que todos os professores realizaram pós-graduação *stricto sensu*: a maioria possui mestrado completo, e dois professores com doutorado (em andamento e concluído).

A importância da qualificação profissional reflete na atualização da profissão e no diálogo com a pesquisa em seus diferentes níveis. O comprometimento com a qualificação reflete na prática docente, todavia requer uma organização do tempo a fim de cumprir as exigências do cargo e desempenhar atividades extras.

Aleixo (2014) ao trazer estudo sobre identidade docente, reflete a questão da qualificação profissional em sua amplitude, não podendo ser determinada unicamente como acúmulo de cursos. Trata-se de uma atividade reflexiva, com possibilidade de reelaboração da prática, faz parte de um processo amplo da educação somado a outros fatores que interferem nessa.

Quanto ao curso de formação dos entrevistados, abrangem as áreas de Geografia, Ciências Sociais, Letras e Informática. Na análise dos dados dos projetos, a área de formação influenciou na definição do tema a ser trabalhado, ao verificarmos as áreas temáticas definidas.

As atividades de extensão do IFAM são classificadas de acordo com Plano Nacional de Extensão, expressas conforme Resolução N°35-CONSUP/IFAM/2012 que trata do regulamento das atividades de extensão do IFAM, Art. 6º: “As dimensões de extensão, exceto o inciso 8 do Art. 4º, deverão sempre ser classificadas segundo uma das áreas temáticas: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho” (Figura 1).

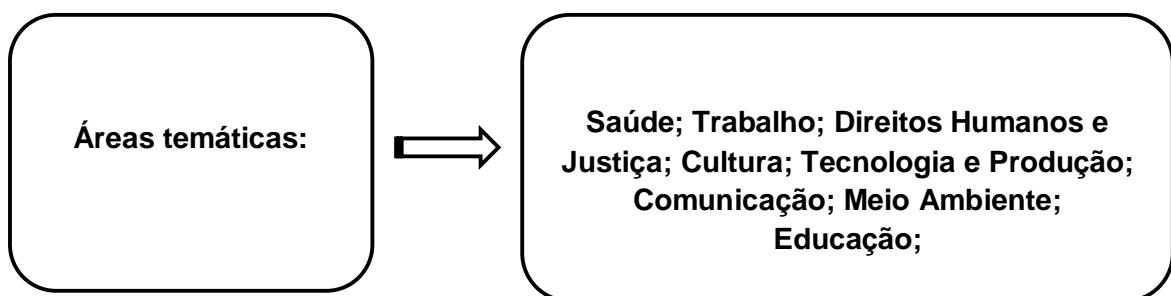


Figura 1 - Áreas temáticas Extensão
Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Questionamos a qual área (ou áreas) pertencia o projeto, e os temas surgidos corresponderam: meio ambiente, educação, direitos humanos e cultura. As propostas em sua maioria partiram dos discentes, e predominava o seu campo de atuação. Em alguns casos os projetos foram vinculados com outros (seja na definição do público trabalhado, seja na parceria de destinação de materiais produzidos), no entanto, dentro de uma mesma área temática.

Essa questão da necessidade de interlocução com diferentes áreas do saber foi identificada por alguns dos próprios profissionais – o que explanaremos mais adiante sobre as dificuldades e possibilidades refletidas pelos professores.

Em relação ao contato/experiência com projetos de extensão no instituto: 3 professores estavam realizando pela primeira vez esse tipo de atividade; 2 professores estavam realizando pela segunda vez e apenas 1 já havia realizado três projetos.

Apesar de constatarmos tempo de atuação bem amplo pela maioria, ainda ocorre dificuldade em articular atividades extras no decorrer de diferentes atividades já pré-definidas, além de despertar no discente interesse na participação. Todavia, o fato da não realização anterior de atividades dessa natureza, não descaracteriza participação em outras modalidades que também podem envolver pesquisa e a questão prática.

Rodrigues (2008), traz a reflexão acerca do desequilíbrio posto entre ensino e pesquisa em relação às atividades de extensão na organização das atividades dos professores. Somado a isso, em muitas vezes ocorre indefinição dessa prática.

Delimitamos questionamentos acerca do desenvolvimento das atividades, o acompanhamento dessas, desafios gerais na implementação, dificuldade percebida pelo docente em relação ao discente e se possuem vínculo com ensino e pesquisa. Também elegemos questões específicas sobre a contribuição da extensão, seja em relação ao seu papel geral, sua contribuição na formação humana integral do aluno e qual benefício social das ações para demanda externa.

A seguir, serão expostas as principais categorias surgidas mediante respostas dos docentes:

Quadro 1: Acompanhamento das atividades junto aos alunos.

Categorias	Fragmentos das falas dos participantes
Reuniões presenciais	<p>“Nós fizemos a reunião primeiramente junto com os professores, aí nós fizemos o acompanhamento de pesquisa com relação ao que a gente colocou pra eles e ia fazendo assim.” P-1</p> <p>“Reuniões diárias, [...] atividades de preparação dos documentos [...]” P-2</p> <p>“Reunião semanal para apresentar o que estavam desenvolvendo”. “Nós (professores) fazíamos contato com as escolas e elas (alunas) desenvolveram os materiais”. P-4</p> <p>“O acompanhamento ocorre com orientações semanais na instituição [...]” P-5</p>
Orientações por meio tecnológico	<p>“[...] por meio de e-mail ou mensagens por Whatsapp.” P-5</p>
Acompanhamento em Campo	<p>“[...] in loco, monitorando e assistindo aos discentes durante a execução prática do projeto”. P-6</p>
Pouco acompanhamento prático	<p>“Acompanhei mais na parte da pesquisa do que em campo.” P-3</p>
Acompanhamento dos relatórios após atividade	<p>“O acompanhamento das atividades é realizado a partir dos relatórios de desenvolvimento de atividades (realização de oficinas, escrita de resumos, entre outros) [...]” P-6</p>

Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa de campo (2019)

Ao questionarmos de que modo ocorriam o acompanhamento das atividades junto aos alunos, buscávamos conhecer como eram organizados os papéis de alunos e professores, quais responsabilidades eram atribuídas e como isso refletia nas ações realizadas. Com análise das respostas identificamos cinco principais categorias conforme Quadro 1.

A predominância maior de respostas sobre acompanhamento teve a reflexão voltada para a questão do planejamento, ao falar de reuniões feitas de modo presencial antes da realização das atividades de campo. Cada trabalho tinha um público diferente selecionado e, portanto, diferentes maneiras de intervenção – o que refletia em maior ou menor tempo para planejar ações ou confecção de materiais.

O contato com público externo para definição de datas ficava sob responsabilidade do professor, o que não isentava participação do aluno na indicação de espaços em que poderiam desenvolver as atividades. Em observação de campo também percebemos que todos os alunos estavam envolvidos na confecção de materiais a serem utilizados, com orientação do professor. O que demonstrava o desenvolvimento da criatividade e participação ativa.

Barbosa e Moura (2013) abordam a aprendizagem dentro da educação profissional e a contribuição das metodologias ativas. Na contemporaneidade os componentes do mundo do trabalho exigem preparo envolvendo iniciativa, criatividade, comunicação e outros aspectos que somem com as habilidades interventivas.

Sobre as categorias: 'Orientações por meio tecnológico e 'Acompanhamento em campo durante a atividade', apesar de terem aparecido em uma resposta cada uma, verificamos que a maioria utilizava aplicativos de conversas para facilitar encontros, bem como a presença nas atividades eram percebidas durante a implementação, como mediadores.

Tivemos ainda a questão do 'Pouco acompanhamento prático': um dos profissionais teve pouco acompanhamento nas atividades de campo, pois relatou dificuldades com horários, mas acompanhava a parte da pesquisa teórica, em concordância com o aluno.

Os relatórios das atividades também foram utilizados como acompanhamento, sendo elaborados pelo aluno detalhando o que foi realizado em determinado período e é pré-requisito da instituição para manutenção das atividades.

Art. 7º - São atribuições do aluno bolsista ou voluntário: [...] VII. Participar das reuniões para planejamento e avaliação das atividades e práticas programadas; VIII. Apresentar relatório parcial e final, com o aval do coordenador do projeto à Coordenação de Extensão do Campus ou equivalente, que procederá ao envio à PROEX; (IFAM, 2015).

Uma ou mais forma de acompanhamento foi utilizada pela maioria dos professores, com fins de planejar e realizar as atividades e fornecer orientações aos discentes. Podemos sintetizar que o acompanhamento ocorreu de forma contínua pela maioria, nas fases de planejamento, campo e relatórios após atividade.

Art. 8º - Ao coordenador da proposta caberá: [...] IV. Planejar, supervisionar e orientar as atividades dos bolsistas até a conclusão do processo, inclusive com relação à elaboração do Plano de Trabalho, Termo de Compromisso e Relatórios, sem prejuízo das demais atividades previstas na instituição; [...] X. Receber e avaliar os relatórios parciais e o relatório final do bolsista, procedendo a sua assinatura e entrega à Coordenação de Extensão ou setor equivalente do Campus;(IFAM,2015).

Com o intuito de identificarmos quais principais entraves durante implementação dos projetos, questionamos quais os desafios práticos e dificuldades percebidas. No Quadro 2 estão as cinco categorias surgidas acerca dos desafios na realização das atividades:

Quadro 2: Principal desafio na realização das atividades

Categorias	Fragmentos das falas dos participantes
Conciliar horários	<p>“A dificuldade que nós tivemos foi assim, em ter um horário exato pra gente fazer o trabalho. Porque os professores da instituição, ou seja, da escola que a gente colocou, eles têm também as suas atividades, então aí ficou meio difícil né. Então marcava, não dava certo...essas coisas.” P-1</p> <p>“Dificuldades na organização de datas em junção com outras escolas.” P-2</p> <p>“Contato com as escolas. Apoio por parte da escola (referindo-se ao público externo)” P-4</p> <p>“Dificuldade em conciliar trabalho docente com atividades de extensão”. P-5</p>
Despertar interesse pelo tema	<p>“Transformar essa ideia, que é uma ideia simples em algo que fosse comprado pelos alunos. De você fazer uma atividade de humanas numa instituição que é basicamente de exatas, muito voltada para o ensino técnico. E o desafio foi trazer esses estudantes para essa reflexão de humanas”. P-2</p> <p>“Aceitação do público”. P-3</p>
Aspectos Educacionais	<p>“A gente precisava pra esse trabalho ficar mais interessante a gente precisava que ele fosse mais interdisciplinar [...] Talvez se a gente tivesse mais conexão com os outros professores, professor de inglês, espanhol, filosofia. [...] Se a gente conseguisse trabalhar esses projetos de uma maneira mais integrada eu acho que eles seriam muito mais proveitosos. E talvez a gente não tivesse esses probleminhas com calendário”. P-2</p> <p>[...] estrutura educacional, apesar dos documentos oficiais apontarem para a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, na prática, o IFAM ainda trabalha com a perspectiva da fragmentação disciplinar e das áreas do conhecimento. Isso inviabiliza o trabalho interdisciplinar ou mesmo transdisciplinar, que de fato fortalece o tripé.” P-6</p>
Adaptação das atividades	<p>“O que fazer com os materiais arrecadados” P-3</p>
Recursos para realização do trabalho	<p>[...] estrutura física da instituição, como dificuldade no agendamento de veículos e disponibilização de espaço adequado para realização de oficinas e ensaios.” P-6</p>

Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa de campo (2019)

A maioria dos participantes relatou uma ou mais dificuldades de implementação, sendo que 3 (três) deles destacaram a questão da conciliação de horários. Além de suas tarefas enquanto professores, ao tentar organizar o tempo disponível juntamente com alunos e público externo, tiveram que fazer diversas alterações de cronograma o que não comprometeu o propósito da atividade, mas necessitou de adaptações devido curto tempo.

Vale destacar que a maioria dos projetos delimitou como espaço de intervenção escolas de comunidades próximas, com público envolvendo crianças ou adolescentes, o que demandava prévia autorização e apoio de direção escolar para organização de espaços para receber o projeto e conciliação de tempo das atividades que esse público já desempenhava.

A categoria que fala de ‘Despertar interesse pelo tema’ mencionada por dois professores, refere-se em fazer com que houvesse sensibilização do público envolvido com

o tema trabalhado, reflexão sobre importância e impacto. Uma das respostas cita especificamente o aluno do instituto, em que o professor teve como desafio construir um interesse desse aluno com um tema que não era diretamente relacionado com a parte técnica.

“O resultado da fragmentação do conhecimento a ser ensinado é a perda de sentido, que se manifesta nos alunos como repúdio a determinadas disciplinas, [...] não conseguem perceber as semelhanças e relações entre as diferentes áreas do conhecimento”. (GERHARD; ROCHA FILHO, 2012, p.127-128).

Na categoria seguinte ‘Aspectos Educacionais’ é mencionado por dois docentes o desafio de realizar interlocução das disciplinas com vistas a estabelecer uma atividade interdisciplinar. Para um melhor desenvolvimento do trabalho e superação de eventuais dificuldades, a própria interlocução com diferentes saberes seria necessária até mesmo para o fortalecimento do tripé ensino, pesquisa e extensão.

“A prática pedagógica baseada na transmissão dos conteúdos fragmentados em disciplinas, limita as possibilidades de compreender o que significam esses conteúdos e disciplinas no processo histórico de construção de conhecimentos.” (COVER, 2014, p.8).

Encontramos dentre os princípios norteadores, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, no art 6º incisos VII e VIII, a interdisciplinaridade como superação de fragmentação:

VII - interdisciplinaridade assegurada no currículo e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular; VIII - contextualização, flexibilidade e interdisciplinaridade na utilização de estratégias educacionais favoráveis à compreensão de significados e à integração entre a teoria e a vivência da prática profissional, envolvendo as múltiplas dimensões do eixo tecnológico do curso e das ciências e tecnologias a ele vinculadas; (BRASIL, 2012).

A questão formativa, por meio das disciplinas trabalhadas, vai cooperar para uma formação totalitária, não priorizando ou excluindo saberes, mas dialogando com diferentes áreas do conhecimento. Entretanto, trata-se ainda de um desafio vivenciado, envolve o ato de seu planejamento ou implementação, estrutura, conteúdos e a interação dos docentes e discentes.

Nas discussões de Silva (2017) a interdisciplinaridade se faz necessária diante cenário intenso de modificações no mundo do trabalho juntamente com novos modelos formativos, além de ser um caminho para atender uma formação com olhar amplo para uma mesma problemática. Quando pensado de modo isolado, ou unidimensional, não se alcança muita das vezes respostas necessárias para uma intervenção. O diálogo por sua

vez, e a interação exercida por diferentes campos, colaboram na contextualização de uma problemática.

Ainda nas respostas foi identificado o desafio de adaptar as atividades ao longo do percurso. Apesar de todas as atividades serem previamente definidas, ocorreu necessidade de mudanças na sua forma de apresentação ou mesmo na destinação de materiais produzidos (em caso de projetos que trabalharam com essa finalidade). A dinamicidade faz parte da construção de saberes e trata-se de uma etapa que serve para desencadear novos saberes e experiências.

Uma aprendizagem significativa pode ser favorecida por meio de metodologias distintas e recursos tecnológicos, de acordo com estudo de Barbosa e Moura (2013), essa aprendizagem é necessária na educação profissional por contemplar dentre outros aspectos, questão da iniciativa, flexibilidade e criatividade. O desenvolvimento dessas capacidades poderá acompanhar as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e fazem parte da formação humana.

Sobre os ‘Recursos para realização do trabalho’ um dos professores destacou dificuldade no alcance de recursos materiais necessários para transporte ou desenvolvimento de atividades prévias no campo, o que é importante para um bom andamento no que fora planejado. Em algumas atividades acompanhadas os professores optavam em realizar transporte próprio por conta das alterações no cronograma, ou devido proximidade do lugar escolhido e a confecção de materiais a serem utilizados se dava em local distinto ao da escola.

Vale destacar que cada atividade contava com amplitude de utilização de materiais diferentes, bem como número de alunos diferentes (bolsistas e voluntários), ou seja, o que pode ter manifestado um maior ou menor desafio para alguns. Cada grupo teve suas estratégias, em que professores e alunos dedicavam-se justamente por acreditar na ideia proposta.

Quadro 3: Dificuldade vivenciada pelo aluno – Visão docente

Categorias	Fragmentos das falas dos participantes
Superar barreiras individuais	<p>“A responsabilidade, a dedicação. Ver que aquele trabalho que tá sendo proposto pra ele é uma coisa que ele tem que ter responsabilidade, tem que dar conta...então esse foi o maior desafio.” P-1</p> <p>“Insegurança. [...] ficaram mais seguras, o contato com o público ajudou nesse sentido.” P-4</p> <p>“[...] eles ainda enfrentam algumas dificuldades, tais como estresse, desmotivação, sobrecarga de responsabilidade” P-6</p>

Conciliar atividades	<p>“Dificuldade do bolsista conciliar atividade de sala de aula com atividade de extensão.” P-5</p> <p>“[...] considerando que os discentes extensionistas, principalmente da modalidade integrado, veem-se obrigados a lidar com um volume excessivo de aulas (pelo menos 18 disciplinas) e, conseqüentemente, trabalhos e avaliações [...] e falta de tempo para se dedicar mais ao projeto.” P-6</p>
Interlocução com as disciplinas	<p>“Como comentei anteriormente, essa fragmentação disciplinar faz com que as áreas do conhecimento raramente dialoguem entre si e, em alguns casos, entre o mundo que as cercam”. P-6</p>

Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa de campo (2019)

Delimitamos questionamento sobre qual principal dificuldade que o professor percebia no aluno no decorrer do projeto, obtivemos três categorias que denominamos: Barreiras individuais, Conciliar atividades e Interlocução com as disciplinas.

As barreiras individuais são os aspectos identificados pelo docente em relação à postura do aluno no decorrer da atividade, algo mais voltado para o lado comportamental. A questão de assumir responsabilidade, lidar com a insegurança diante público e com alguma desmotivação no cumprimento de diversas tarefas.

Na questão de conciliar as atividades, seria a quantidade de obrigações que o aluno precisa realizar sem deixar de ter um bom aproveitamento, o que se torna uma tarefa desafiadora por se tratar de uma modalidade de ensino que abrange uma carga horária extensa. As atividades acompanhadas eram realizadas de modo que não interferissem na retirada dos alunos da sala de aula e respeitando período avaliativo, por exemplo. O que requeria maior flexibilidade no cronograma.

Em análise ao edital nº 001, de 14 de fevereiro de 2019, para seleção de propostas de extensão do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX), verificamos orientação quanto a necessidade da disponibilidade de tempo para não comprometer o rendimento do aluno conciliado à dedicação ao projeto:

8.2. São condições para os discentes, candidatos a bolsistas: I - Estar cursando a partir do 2º período, 2º ano ou 2º módulo e não ser discente finalista, a contar na data de inscrição da proposta, com exceção dos discentes dos cursos na modalidade subsequente que poderão estar cursando o 1º módulo; II - Possuir coeficiente de rendimento acadêmico mínimo de 6,0 (Seis) ou equivalente; III - Ter disponibilidade de tempo para o desempenho das atividades previstas no projeto, sem prejuízo de suas atividades acadêmicas, sendo: a) 20 (vinte) horas semanais, para os discentes dos Cursos de Nível Superior; b) 12 (doze) horas semanais, para discente dos Cursos Técnicos de Nível Médio; c) Até 10 (dez) horas semanais, para os discentes voluntários. (IFAM, 2019).

Foi destacado por um dos professores sobre a dificuldade de o aluno, na interlocução com as disciplinas, relacionar o ensino com o processo de pesquisa e extensão realizados bem como reflexão com a realidade.

Kuenzer (2014) traz a reflexão sobre articulação de conhecimentos teóricos e a prática. Ambos devem ser apreendidos por meio de práticas pedagógicas que permitam sua articulação, da criação pelos sujeitos e atribuição de significados. Um desafio posto para a escola em ofertar formação que permita reflexão com a dinâmica da sociedade.

Essa falta de interlocução gera questionamentos do modo de implementação do conhecimento realizado com sua área formativa, ou de como as demais disciplinas podem estabelecer uma conexão para somar na prática realizada, o que torna uma “disciplina” a mais, algo à parte.

E talvez aí resida a dificuldade sentida pelos alunos, que os leva a rejeitar a teoria, posto que ainda predomina, nas atividades de ensino, a postura que toma por objeto o conhecimento sistematizado no seu mais alto grau de abstração e generalidade, [...]. Descolado deste movimento e desta prática, e portanto, de sua historicidade, este conhecimento dificilmente terá significado para um estudante que recebeu a tarefa de incorporá-lo a partir de sua expressão mais formalizada e estática. (KUENZER, 2014, p.34).

Ainda dentro dos aspectos gerais das atividades, buscamos identificar se havia alguma relação atribuída entre a projeto de extensão com o ensino e a pesquisa. As respostas tiveram um equilíbrio entre 3 afirmativas e 3 negativas.

No caso das 3 respostas sobre o não envolvimento com ensino e pesquisa, foi explicado que o tema em si não surgiu de uma discussão em sala de aula ou elaborada em conjunto. No entanto, um dos professores mencionou que no decorrer das atividades tentou trazer algo próximo ao conteúdo ministrado.

“Não. Porque era tipo assim, foi o projeto que foi lançado na escola...aí eu fiz...aí depois a gente foi escolhendo os alunos perguntando quem quer participar, quem se identifica com isso, vou trabalhar com isso [...]” (P-1, Pesquisa de Campo, 2019)

Em relação à pesquisa, para algumas das atividades foi inserida no decorrer do andamento do projeto, não tendo sido a base da criação – foi pensada primeiramente a parte prática, onde posteriormente foi necessário incluir leituras para melhor guiar as ações. “[...]para que a pesquisa esteja presente no cotidiano da sala de aula, é imprescindível que o professor tenha clareza na elaboração do seu planejamento”. (ABREU; ALMEIDA, 2008, p.81).

Conforme visualizamos no início de nossa discussão, acerca do processo histórico da extensão, seu formato de implementação durante muito tempo ficou registrado como algo

a ser levado para fora da sociedade ou mesmo ações sem considerar a realidade em que se levava alguma intervenção. Sua articulação com ensino e pesquisa foi introduzida posteriormente, e ainda temos o debate da forma de sua efetivação.

Neste sentido, se compreendemos que a extensão possa ser uma forma de produção de conhecimentos através da experiência, a indissociabilidade passa a ecoar pelo lado do ensino quando considerada como uma possibilidade de ensino através da experiência e ecoa pelo lado da pesquisa como uma oferta para a agenda da pesquisa de questões suscitadas pela experiência, que é diferente da maneira de como a agenda de pesquisa é formulada tradicionalmente. (CASTRO, 2004, p.12).

Para as respostas dos professores que não abarcaram a pesquisa como etapa presente, foi associada como uma ação não definida por eles preliminarmente, apesar de termos visto de algum modo essa presença com maior ou menor intensidade no decorrer das tarefas para facilitar o desenvolvimento. Ocorre uma dificuldade na definição do que vem a ser a pesquisa e como fazer a interlocução dessa.

O ritmo acelerado com que as informações circulam, a aquisição de informações com avanço da internet, contribuíram para uma outra atribuição de significado a pesquisa associada a limitação de idas a biblioteca, como algo entediante. Faz-se necessário instigar a curiosidade e a busca por respostas (ABREU; ALMEIDA, 2008).

“Sim, o projeto é vinculado à disciplina de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, bem como ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI).” (P-6, Pesquisa de Campo, 2019)

Para os que responderam que sim, se dava ao fato do tema estar diretamente relacionado com a disciplina e ter contado com a etapa de pesquisa como base, o que foi percebido também durante acompanhamento em campo. “Uma definição pertinente de pesquisa poderia ser: diálogo inteligente com a realidade, tomando-o como processo e atitude, e como integrante do cotidiano.” (DEMO, 2011, p.37).

Ao verificarmos acerca de como o docente define o papel da extensão, obtivemos duas categorias principais representadas na Figura 2:

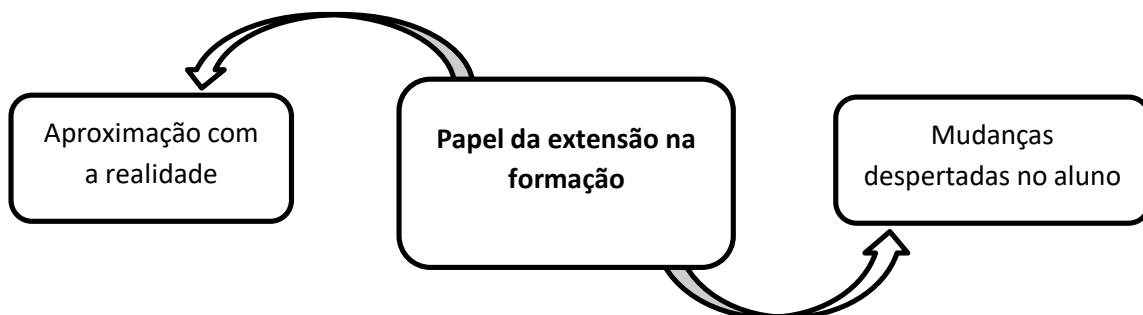


Figura 2: Categorias - Papel da Extensão na formação do aluno
Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa de campo (2019)

Na categoria 'Aproximação com a realidade' (que teve maior incidência nas respostas) alguns docentes consideram como representação de uma etapa metodológica de levar conhecimento para o aluno sobre um tema, em atividade diferente de sala de aula. Alguns mencionaram associação de teoria com a prática, o conhecimento sobre a realidade e suas diferentes problemáticas para uma prática interventiva e a possibilidade da interação com outros saberes.

Eu acho assim que é uma participação muito importante porque a gente leva o aluno né, a ver o outro lado do que ele está na instituição, né. É uma outra forma da gente estender para o aluno conhecimento, porque além do que eles estão estudando, existe outra alternativa pra que eles possam buscar assim mais um horizonte de conhecimento. (P-1, Pesquisa de Campo, 2019).

Base necessária para interlocução com outros saberes produzidos para conhecimento e intervenção na realidade". "[...] então a educação produz uma introdução dos estudantes ao universo dos problemas que a ciência resolve, aí a gente começa a fazer pesquisa né, e a pesquisa deve estar orientada pra resolver problemas. [...] E pra resolver os problemas você tem que estar com um pé na realidade. E aí que está a extensão, entendeu?" (P-2, Pesquisa de Campo, 2019).

A extensão pro aluno ele tem um lado social...o aluno ele conhece a comunidade mais próxima onde a gente consegue levar serviços também para a comunidade, isso daí também é importante. Porque geralmente a comunidade não nos conhece, por incrível que pareça, e acho que "estretar" mesmo, porque você acaba desenvolvendo no aluno esse senso de que o que ele aprende aqui, ele consegue aplicar e demonstrar para sociedade. (P-4, Pesquisa de Campo, 2019).

A extensão atua como uma possibilidade do aluno associar teoria à prática de forma dinâmica, participativa e construtiva. (P-5, Pesquisa de Campo, 2019).

É imperioso frisar que, além de ser uma forma privilegiada de produção, a extensão proporciona ao educando a oportunidade de experimentar o saber e vivenciá-lo no mundo em que está inserido. (P-6, Pesquisa de Campo, 2019).

O conhecimento é construído num processo interativo e dentro do ambiente acadêmico uma dessas alternativas de construção, ocorrida de modo coletivo numa determinada realidade é a prática da extensão. (ZIMMERMANN; SILVEIRA; CRISOSTIMO, 2017).

Também surge a perspectiva de transmissão, divulgação da escola, de levar para comunidade diferentes serviços e realizar intervenção a partir de saberes adquiridos, ou seja, a prática dos saberes em mundo real.

A contribuição para o conhecimento científico pode ocorrer intra e extramuros. Ao limitar uma ação de transmissão do ambiente acadêmico para dentro ou fora da escola, temos uma perspectiva intramuro, no intuito de levar informação. Temos uma extensão

extramuro ao ocorrer um diálogo acadêmico e societário, um espaço de conhecimento da realidade e troca de saberes, (ZIMMERMANN; SILVEIRA; CRISOSTIMO, 2017).

A segunda categoria destaca como papel da extensão as 'Mudanças despertadas no aluno':

Então o aluno ele consegue ter...é...ser mais proativo, consegue desenvolver um perfil de liderança e perfil de pesquisa, mesmo que bem inicial, mas ele consegue ter perfil de pesquisa mais aplicada também. (P-4, Pesquisa de Campo, 2019).

Assim, o aluno vai aprimorando seus conhecimentos e se tornando também parte da educação e da comunidade em que se aplica o projeto. Dessa forma, o projeto permite a sensibilização para os problemas que o rodeia. (P-5, Pesquisa de Campo, 2019).

As políticas institucionais partem do princípio de que o ensino e a pesquisa pressupõem a investigação, sendo que esta última, aliada ao trabalho da extensão, constitui-se ferramenta essencial para a produção do conhecimento. (P-6, Pesquisa de Campo, 2019)

Temos aqui o destaque para as mudanças que o processo reflexivo desencadeia. São identificadas mudanças na postura do aluno, que passa a se aproximar do contexto da pesquisa, assume perfil de líder, consegue tecer um olhar interventivo. Tendo a pesquisa como alicerce, possibilitando formas diferenciadas de produção a partir do novo perfil do aluno.

Entretanto, a extensão possui algumas características que se bem exploradas podem vir a contribuir para uma mudança no processo de ensinar e aprender: possuem um arsenal metodológico diferenciado; é feita de encontros entre alunos, professores e comunidades; tem a possibilidade de, neste encontro, incorporar outros saberes, de criar um novo senso comum e de ampliar a capacidade de reflexão sobre as práticas, porque nelas se constituem, ou seja, são constituídas pelas experiências. (CASTRO, 2004, p.5).

As categorias em si são complementares, uma vez que a aproximação com a realidade pode ser uma base mudanças desencadeadas no aluno. Alguns professores apontam que o principal papel seria esse contato, sem fazer menção a possíveis mudanças. Outros discentes enfatizaram a questão reflexiva que é advinda desse contato estabelecido.

Diferente do questionamento anterior que versa sobre a visão da função da extensão de forma geral, partimos para a questão específica da contribuição das atividades para formação humana integral.

Quadro 4 – Contribuição para formação humana integral

Categorias	Fragmentos das falas dos participantes
Reflexão a partir da prática	<p>“Eu acho assim que se você traz uma prática para o aluno ele tem mais como perceber aquilo que flui. Com relação ao trabalho de você tá vendo aquilo que você tá construindo, então você tá tendo um resultado, então isso é muito importante porque eles começam a perceber que o que eles estão fazendo na instituição também é importante na vida deles”. P-1</p> <p>“[...] é uma perspectiva que oportuniza ao estudante o contato com o mundo que o cerca, e isso implica em interagir com ele, aprender com ele, aquilatar os conhecimentos adquiridos e produzidos durante o ensino e a pesquisa, e interferir nessa realidade.” P-6</p>
Despertar interesse em participação externa	<p>“A extensão ela é uma base interessante que é trazer realidade, e quando você traz a realidade, produz no aluno essa vontade de mudar essa realidade...é esse também o objetivo da extensão: trazer uma realidade que desafia o aluno pra prospectar soluções buscar modelos alternativos.” P-2</p> <p>“Maior engajamento dos alunos com problemas de sua comunidade.” P-5</p>
Iniciativa enquanto aluno	<p>“Fortaleceu seu lado proativo [...] Não teria um projeto que contribuísse mais do que esse projeto”. P-3</p> <p>“Aumento da confiança, poder de autoaprendizagem, criatividade” P-4</p> <p>Oportunidade do aluno ser protagonista do processo de conhecimento”. P-5</p>
Complemento da teoria	<p>“Só é possível falar em formação integral se houver produção de conhecimento, por isso, não acredito que uma aula tradicional de cinquenta minutos dê conta disso. Dessa forma, outras atividades pedagógicas são necessárias para que isso aconteça e, a meu ver, o trabalho com a pesquisa e a extensão são significativos nesse processo”. P-6</p>

Fonte: Pesquisa de Campo (2019)

Na categoria ‘Reflexão a partir da prática’ identificamos nas respostas de alguns professores que a contribuição da extensão para formação humana integral estava associada à reflexão obtida no contato com a prática.

Nesse momento o aluno pode identificar de modo mais amplo conhecimento construído tanto na pesquisa quanto em sala de aula e essa interlocução é um caminho para intervenção, é o momento de perceber o que foi e que ainda pode ser elaborado dentro ou fora do ambiente escolar. Reflexão do conhecimento adquirido seja em campo, seja em ambiente formal ou na pesquisa e identificar caminhos para intervenção.

Pacheco (2012) em sua reflexão destaca a pesquisa como princípio pedagógico, que contribui na formação de sujeitos autônomos para atuação em sociedade por meio do conhecimento construído com amplitude coletiva. A pesquisa no despertar da curiosidade, juntamente ao ensino, gera questionamentos e fortalece a busca por respostas de problemáticas vivenciadas pelos sujeitos. Importante sua implementação desde as primeiras fases escolares, para que mais adiante já tenha a atitude de pesquisador incorporada.

Na categoria ‘Despertar interesse em participação’ é importante perceber como é associada aproximação do aluno para os problemas ao seu redor, a vontade de alterar essa realidade e a construção de soluções. “O profissional não se forma apenas no ensino técnico profissionalizante; suas vivências e experiências educativas além da formação técnica o constituirão profissional.” (COVER, 2014, p.7).

Muitas vezes a oportunidade realizar atividades fora da sala de aula leva a experiências que situam para informações que antes não tinha contato ou não atentava para importância.

Para que esses atores possam contribuir para a transformação social em direção à justiça, solidariedade e democracia, é preciso que eles tenham clareza dos problemas sociais sobre os quais pretendem atuar, do sentido e dos fins dessa atuação, do ‘arsenal’ analítico, teórico e conceitual a ser utilizado, das atividades a serem desenvolvidas e, por fim, da metodologia de avaliação dos resultados (ou produtos) da ação e, sempre que possível, de seus impactos sociais. (FORPROEX, 2012, p.33).

Em relação à ‘Iniciativa enquanto aluno’ foi destacado que esse pode trabalhar de modo independente, exercer criatividade e ser protagonista no processo de conhecimento. “O estudante, assim como a comunidade com a qual se desenvolve a ação de Extensão, deixa de ser mero receptáculo de um conhecimento validado pelo professor para se tornar participante do processo.” (FORPROEX, 2012, p.33).

Ainda fora mencionado acerca do ‘Complemento da Teoria’ onde identificou-se na extensão uma contribuição para agregar o que o ensino teórico não alcançou. Práticas pedagógicas que articulem teoria e prática sugerem reflexão dos contextos pertencentes, segundo Kuenzer (2014) esses tipos de práticas propiciam melhores formas de participação política no mundo do trabalho com vistas a emancipação humana

A informação apreendida de forma isolada muitas vezes com a prática de memorização não abrange aspecto emancipador e sim reproduzidor de padrões existentes, (BERBEL, 2011). Os projetos de extensão fazem parte das possibilidades presentes em metodologias ativas – despertando a curiosidade no processo teórico, exercer autonomia, condição essencial para o processo formativo e futura atuação profissional – em uma prática interventiva na realidade.

Todas essas categorias direcionam para perspectiva de mudança, identifica-se a essência de refletir novas atitudes diante o que foi aprendido.

O mundo do trabalho acompanha as mudanças em sociedade e passa a exigir novas competências. A educação profissional nesse contexto deve assumir uma formação que

abranja profissionais técnicos, pesquisadores e especialistas que estejam preparados para atendimento das demandas surgidas. (VIEIRA, J.; VIEIRA, M. 2016).

Dentre o diálogo estabelecido na entrevista levamos o questionamento sobre o principal benefício social que o professor identifica por meio do atual projeto implementado, o que enxerga como uma contribuição que ultrapassa “muros escolares”.

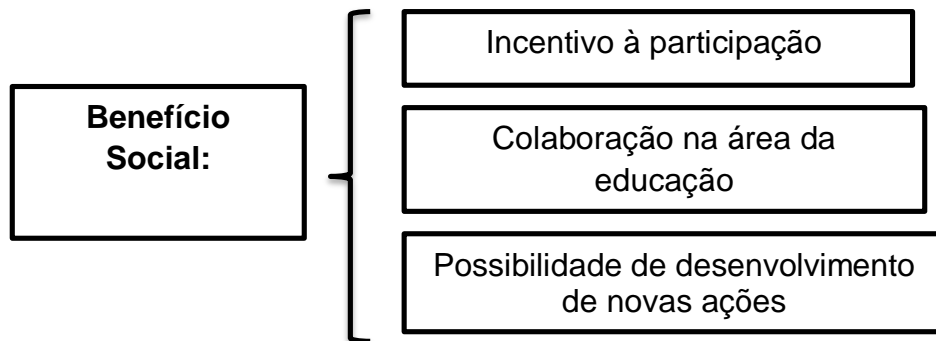


Figura 3: Categorias – Benefício Social Extensão

Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa de campo (2019)

É importante perceber que as respostas variaram devido à diversidade de tema dos projetos e modo de realização das atividades. Assim, diferentes tipos de alcance são mencionados pelos docentes. Dividimos em três principais categorias.

Na primeira, verificamos algumas respostas sobre a questão do incentivo à participação, desencadeada pelo sentimento de autoestima, para a realização de outras atividades até então desconhecidas, além do empoderamento que é desenvolvido:

Esse tipo de trabalho a gente observa a elevação no nível de autoestima das pessoas e isso eu acho que já traz um benefício social direto. Porque à medida que esse indivíduo se vê de uma maneira mais bem posicionada [...] ele consegue poder trabalhar esses elementos e quem sabe um dia fazer parte desse universo. Incentivo a produzir uma ambientação e que essa ambientação diga “poxa esse é um ambiente no qual eu gostaria de trabalhar um dia.” (P-2, Pesquisa de Campo, 2019)

Empoderamento das alunas sobre suas conquistas sociais. (P-5, Pesquisa de Campo, 2019)

Na categoria seguinte, alguns atribuíram à colaboração na área da educação como benefício, por meio de novas metodologias geradas para diversos cenários escolares, e no sentido do acesso a diferentes tipos de conhecimentos, com abrangência de público muitas vezes sem acesso a esses, despertando novos olhares:

É uma coisa assim que você pensa duas vezes, contribui na área educativa das crianças, aprende brincando, ainda aproveita o que você joga no lixo. (Referindo-se aos materiais recicláveis confeccionados). (P-1, Pesquisa de Campo, 2019)

Oportunidade das alunas atendidas conhecer seus direitos; Conhecimento de mecanismos de proteção e combate à violência e assédio sexual. (P-5, Pesquisa de Campo, 2019)

Sim. Um dos objetivos do projeto visa à formação de uma comunidade de leitores, para tanto, elegemos como público-alvo as escolas públicas de Manacapuru de ensino fundamental, as quais atendem boa parte das crianças de baixa renda e em situação de vulnerabilidade social. Parcela desses estudantes não cultivam o hábito de ler ou sequer tem contato com a leitura de fruição, embora nosso projeto tenha curta duração, apenas 6 meses, entendemos que nossas ações são significativas, os alunos se motivam durante as atividades, participam e pedem para que a gente retorne outras vezes. (P-6, Pesquisa de Campo, 2019)

Também foram citadas respostas como possibilidade de desenvolvimento de novas ações. Nesse sentido, os projetos são desenvolvidos como ideias iniciais que podem atender uma demanda de forma tão significativa que tenha uma continuidade, ou pelo menos uma articulação do público para busca dessa continuidade.

O benefício social seria para a comunidade né [...] a partir daí a gente nota que eles esperam algo a mais, ficam esperando algo a mais que poderia ser uma política pública ou alguma coisa que ajudasse nisso né. (P-3, Pesquisa de Campo, 2019)

Esse projeto, a ideia é que ele fique institucionalizado aqui no campus, pelo menos. Que a gente faça parceria com alguma associação de catadores ou cooperativa. (P-4, Pesquisa de Campo, 2019)

Cada área trabalhada traz um enfoque diferente, mas todos com relevância social. Entendemos também como contribuição a própria formação desenvolvida entre os sujeitos participantes das atividades que aplicarão o conhecimento produzido em meio social, em situações do cotidiano (seja em meio do trabalho ou não) podendo gerar outras novas contribuições. Além da discussão de uma problemática coletiva e possibilidade de intervenção junto a essa.

O aspecto contributivo ultrapassa muros escolares e reflete no cenário local, na diversidade de sujeitos em que trabalha, nos diferentes espaços e temas que envolve e no aluno que adquire acesso a um novo saber e reflete sobre as possibilidades de articulação.

5.2 Perfil e percepção dos participantes: Discentes

A Resolução nº16 CONSUP/IFAM, de 23 de março de 2015 – que trata do Regulamento do Programa Institucional de Bolsas de Extensão do IFAM – explica acerca da organização, objetivos, critérios e regras para implementação. Devendo ser constituído por editais de chamada onde serão submetidas propostas de projetos. Destacamos alguns dos objetivos do programa, conforme Art. 4º:

I.Promover o fortalecimento e a indissociabilidade do tripé Ensino, Pesquisa e Extensão e, conseqüentemente, uma maior democratização do saber;

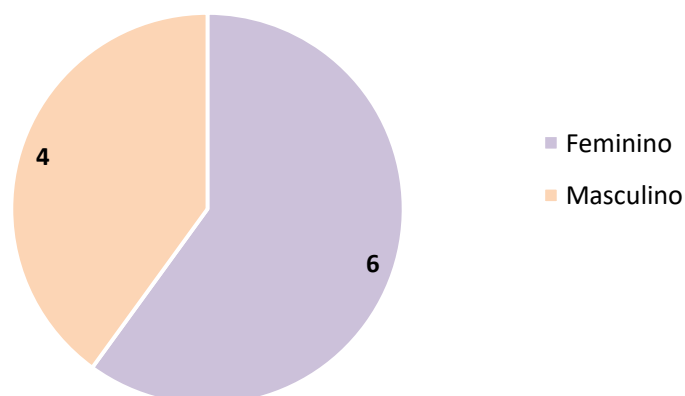
Incentivar a participação de servidores e estudantes dos cursos superiores e técnicos de nível médio, na elaboração de projetos de extensão e de desenvolvimento tecnológico, nas mais diversas áreas do conhecimento; III. Proporcionar ao discente a formação integral, através do desenvolvimento da sensibilidade social, da solidariedade e da integração com a comunidade; IV. Promover a realização de projetos sociais, de inclusão, empreendedorismo e cidadania; V. Fortalecer a relação transformadora entre o Instituto e a sociedade, priorizando as demandas de relevância social, com o intuito de melhorar as condições de vida das comunidades beneficiadas;[...] X. Motivar a participação dos estudantes regulares dos diversos cursos do IFAM no processo de interação com a sociedade e emancipação do cidadão, através de atividades de extensão que contribuam para a formação profissional, inclusão social, geração de oportunidades, melhoria das condições de vida e para o exercício da cidadania; (IFAM, 2015).

O PIBEX reconhece na extensão a oportunidade de o aluno desempenhar saberes em diversificadas áreas e conhecer a realidade para uma intervenção enquanto profissional em formação e cidadão. Com fortalecimento dos aspectos da pesquisa e ensino, integração com a comunidade numa perspectiva de formação integral e desenvolvimento de potencialidades locais, priorizando demandas socialmente relevantes. Nesse sentido, materializa a ligação entre a academia e a sociedade.

Realizamos entrevista com amostra de 10 alunos participantes do PIBEX, (alguns tinham vínculo enquanto bolsistas e outros como voluntários) logo após o projeto ser finalizado. Os alunos participantes da pesquisa foram identificados com a letra A (A1 até A10). Também utilizamos de questões abertas a fim de permitir melhor diálogo.

A seguir, para melhor organização, selecionamos em gráficos o perfil desses alunos, destacando aspectos quantitativos quanto ao gênero, idade, curso realizado e quais outros grupos de atividades realizados. Posteriormente encontramos a organização por categorias referente aos aspectos reflexivos desses para com as atividades desenvolvidas.

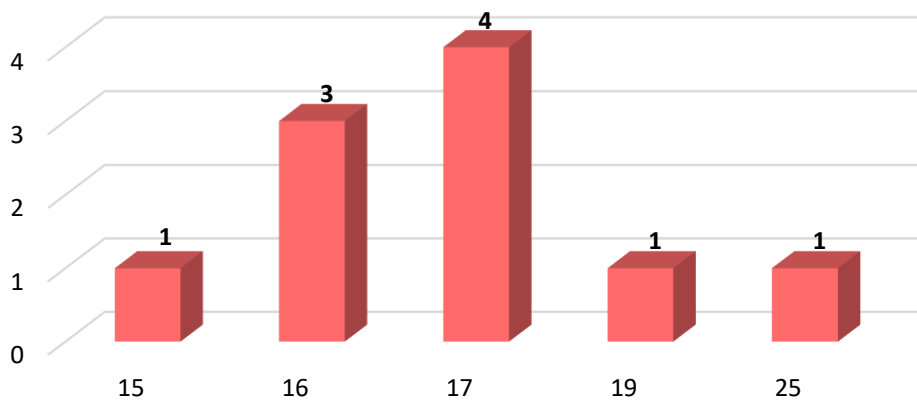
Gráfico 1: Gênero-Discentes



Fonte: Pesquisa de Campo (2019)

Com relação ao gênero, 6 estudantes são do sexo feminino e 4 do sexo masculino, uma diferença pequena e que mostra não interferência do gênero na inserção dos alunos nas atividades de extensão. Ressaltamos que a maioria desses recebeu convite por parte dos professores ou de outros alunos para participação, levando em consideração responsabilidade, proficiência ou afinidade.

Gráfico 2: Idade-Discentes



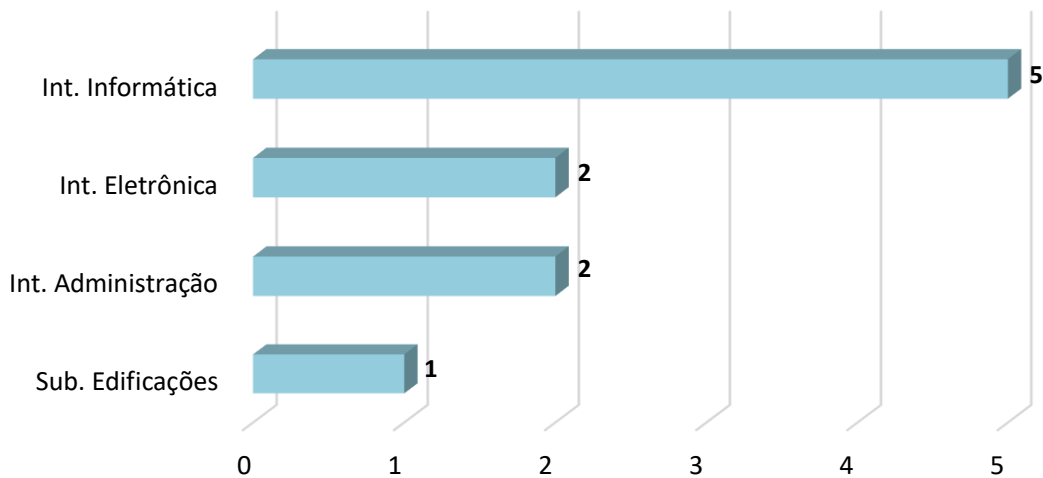
Fonte: Pesquisa de Campo (2019)

Na questão da idade ocorreu uma predominância maior entre 17 anos (4 alunos) e 16 anos (3 alunos). Somente um aluno tinha idade inferior e outros dois com idade superior a essa. Isso ocorreu devido a preferência dos professores submeterem projetos com alunos do segundo ano, sendo uma etapa que já estão mais adaptados com a instituição e não estão na fase de outras atividades que são exigidas no final do curso e que poderiam comprometer o tempo para dedicação ao projeto.

Segundo regulamento do PIBEX no Art. 20: “Para se candidatar à Bolsa Extensão, o aluno interessado deverá atender às seguintes condições: [...] VII. Não estar cursando estágio. VIII. Não ser aluno finalista.” (IFAM, 2015).

Dentre os cursos que estavam sendo realizados pelos estudantes, o que teve mais participantes foi o Integrado em Informática (5 alunos), e os demais foram Integrado em Eletrônica, Integrado em Administração (2 alunos em cada respectivamente) e apenas um dos participantes era da modalidade subsequente do curso Edificações.

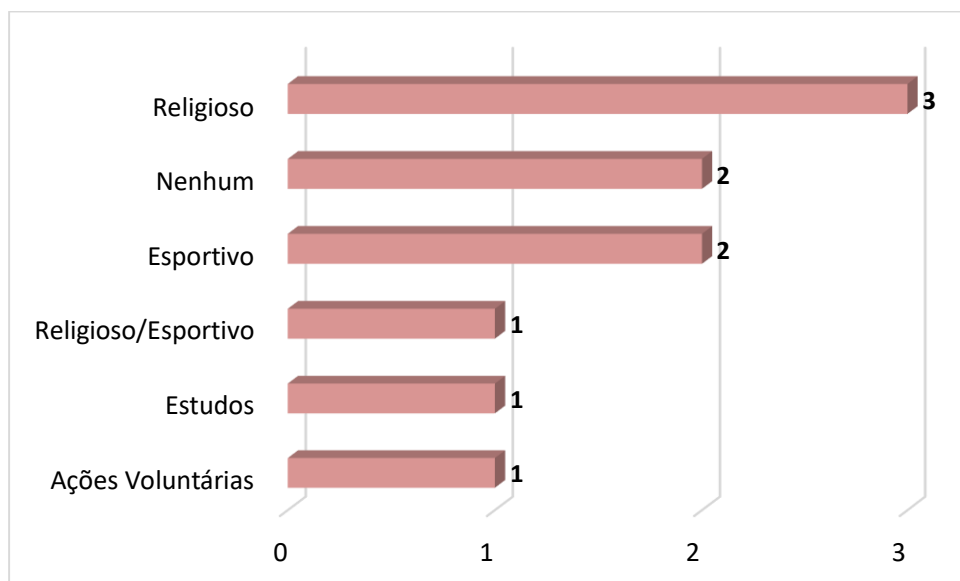
Gráfico 3: Curso em andamento - Discentes



Fonte: Pesquisa de Campo (2019)

A área específica do curso não teve uma evidência, uma vez que o desenvolvimento das atividades não partiu de disciplina do núcleo técnico profissional. Na maioria das atividades, a elaboração das propostas partiu dos professores das disciplinas de formação geral. Importante mencionar que somente um dos discentes entrevistado, foi o responsável em levar a ideia até o professor para submissão em edital. As demais atividades partiram especificamente dos professores, que posteriormente faziam o convite para os alunos.

Gráfico 4: Grupos de atividades - Discentes



Fonte: Pesquisa de Campo (2019)

Quando questionamos aos alunos sobre suas outras participações em atividades fora da escola, buscávamos conhecer sua integração em atividades com diferentes públicos. Por meio das respostas constatamos que a maioria dos alunos faz ou já fez parte de algum grupo de atividades externa, apenas 2 deles disseram não ter participação atualmente.

O grupo religioso teve maior incidência sendo apresentado em 4 respostas, seguido do esportivo que aparece em 3 respostas, vale destacar que 1 (um) aluno respondeu mais de uma opção (religioso e esportivo). Também constou nas respostas o grupo de estudos e grupo de ações voluntárias.

“Pertencimento e responsabilização imbricam-se e constituem aspectos subjetivos primordiais no processo de assumir-se como membro de uma sociedade, seja ela qual for.” (CASTRO, 2008, p.253).

A interação social permite novas formas de construir conhecimento, criação de valores e o despertar por interesses coletivos. O maior contato desses alunos com diferentes atividades desencadeia interesses em áreas que pode levar seu conhecimento e produzir outros mais. Atividades práticas de experiências anteriores somam na implementação dos projetos, do mesmo modo que o contato com esses também pode incentivar futuras intervenções em grupos.

Diante disso, perguntamos o que tinha despertado interesse em participar de um projeto de extensão – o que chamou atenção sobre a atividade proposta – e tivemos três principais categorias de respostas:

Quadro 5 – O que motivou em participar

Categorias	Fragmentos das falas dos participantes
Afinidade com tema	<p>“[...] tratava de crianças eu também gosto muito de crianças e como é a parte...uma parte que eu gosto que é de música e eu escrevi algumas coisas aí meio que eu gostei, incentivou muito”. A-6</p> <p>“O projeto ele me interessou muito, pois um de seus objetivos é levar a literatura, a cultura às escolas...e literatura é basicamente é o que motivou a entrar no projeto e poder trabalhar com isso, foi o que realmente me fez gostar de participar do projeto.” A-7</p> <p>“[...] foi a partir daí que eu me interessei mais, que a gente ia trabalhar diretamente com crianças, então isso me motivou bastante. E também questão de música, eu gosto bastante...aí tipo eu gostei bastante”. A-8</p>
Interesse/Curiosidade pela atividade proposta	<p>“Era uma oportunidade. A professora perguntou meio quem entendia de reciclagem, etc. Eu não entendia tanto, mas eu, tipo, tinha curiosidade pela área...aí eu falei “ah, eu estou interessado”. Aí a gente foi desenvolvendo os brinquedos, etc, lidando com relatório e todo o processo e acho que eu entrei mais pela curiosidade pra saber como funciona tudo”. A-1</p>
Experiência	<p>“Tentar desenvolver algo, ser visto de uma maneira diferente”. Ter novas experiências principalmente, porque quando você é acadêmico sua vida é feita de experiência”. A-3.</p>

	<p>“Na verdade, eu já queria participar, mas eu achava que eu ia participar de um projeto para a minha área. [...] A professora me chamou e falou que ia ter esse projeto do PIBEX [...] aí ela me ofereceu esse projeto que era do meio ambiente e eu aceitei”. A-4</p> <p>“Sendo sincera, foi porque falaram que ia servir como estágio. Só que depois que eu entrei que eu já assinei, que me falaram que o estágio ele só serve quando o projeto é ligado com a sua área diretamente [...] mas assim que eu entrei, eu também gostei bastante porque desde pequena eu gosto dessas coisas de meio ambiente [...]” A-5</p> <p>[...] Daí eu achei interessante pra meio que complementar o currículo após sair do ensino médio, ter esses eventos assim. [...] A-7</p>
--	--

Fonte – Pesquisa de Campo (2019)

Denominamos como categoria “Afinidade com tema’ ao verificarmos que alguns dos alunos tiveram como motivação participar de atividade que já tinha algum conhecimento prévio ou contato anterior. Muitos destacaram que gostavam de trabalhar com o público alvo ou com o recurso escolhido. Já na categoria ‘Interesse/Curiosidade pela atividade proposta’, são englobadas as respostas dos alunos que não tinham até o momento contato com aquela temática, mas mencionaram já ter interesse em conhecer do que se tratava, ampliando conhecimentos sobre o tema.

A importância em trazer para abordagem temas relevantes que fazem parte da realidade do aluno ou ainda que sejam de um contexto diferente, é um passo inicial para o despertar da curiosidade, ou seja, adentrar ao universo da pesquisa. Metodologias de trabalhos que garantam maior participação desse aluno também despertam o interesse e propiciam protagonismo desse, reflexão sobre sua prática e busca por maior participação. “Um dos fatores relevantes para os estudantes no processo de extensão é a possibilidade de inovar, não ficar acomodado, com oportunidades de apresentar ideias e oferecer condições para mudanças efetivas na situação.” (DUARTE, 2014, p.60).

A maior parte das respostas estão direcionadas para a categoria ‘Experiência’ em que tanto a vontade de realizar uma atividade nova, quanto a questão da aproximação com a área profissional foram mencionadas. Destacamos a preocupação desses alunos com a prática de estágio e terem identificado inicialmente na extensão uma possibilidade dessa articulação da prática profissional.

Embora essa tendência à qualificação crescente da mão-de-obra seja um fenômeno desejável e, de certa maneira, inevitável, em função da aceleração do progresso tecnológico, a velocidade com que ocorre se constitui, naturalmente, em objeto de constante preocupação. (ROCHA, 2008, p.544).

Cada vez mais cedo a preocupação com aquisição de experiência como fonte de qualificação, aparece como influência nos objetivos do público jovem. No nosso grupo

pesquisado em específico, essa preocupação também é manifestada devido pré-requisito para certificação técnica.

De acordo com o Manual de extensão do IFAM (2016) o estágio faz parte das atividades acadêmicas que envolvem outras ações de extensão. Porém seu conceito é direcionado especificamente para qualificação. Na Lei nº11.788/2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, verificamos a definição:

Art.1o-Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. § 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando. § 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Muito embora os projetos de extensão contribuam na questão formativa, e possibilitem o desenvolvimento de habilidades necessárias à atuação no campo de trabalho, possuem abrangência diferente do estágio, (que é voltado para exercer instrumentais e práticas inerentes a determinada profissão) podendo abranger direta ou indiretamente campo de atuação profissional.

Art 31:A carga horária de participação nos projetos de extensão poderá ser contabilizada na disciplina Estágio, respeitando-se a correlação entre a atividade realizada e o curso no qual o aluno esteja matriculado, desde que registrada e aprovada pelo órgão competente e esteja previsto no PPC dos cursos como descreve a Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. (IFAM, 2015).

De acordo com o regulamento do Pibex, os projetos podem atender à necessidade que esses estudantes vislumbram da questão da prática profissional. Todavia, deverá ter uma interlocução direta com as disciplinas e experiências de intervenção próprias da área do curso.

Após conhecermos os diferentes interesses que motivaram os alunos a participarem, questionamos sobre o que compreendiam por extensão, partindo para uma reflexão tendo como base a experiência já realizada.

A primeira categoria situa a definição de extensão como 'Aquisição de novos aprendizados pelo aluno', a segunda trata da 'Transmissão de Aprendizado da escola para o público' e a terceira aborda a extensão como 'Algo diferente da Pesquisa':

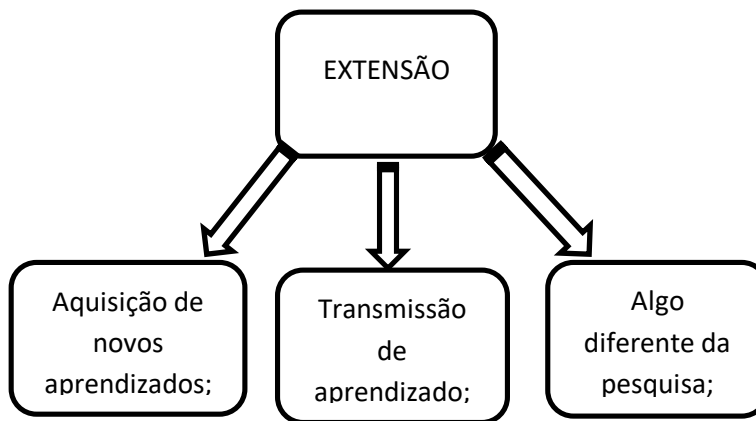


Figura 4– Entendimento por extensão
 Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa de campo (2019)

Observamos que o conhecimento está relacionado em todas as categorias, no entanto, o que vai diferenciar cada uma é o enfoque de como esse conhecimento é desenvolvido.

Na primeira temos o aprendizado despertado no aluno que desenvolve as atividades, por meio das interações, de novas práticas e análise do que foi criado:

É uma atividade assim pro aluno sair da sua rotina. Porque ele vai ter que procurar um tempo né na sua rotina pra poder estudar sobre aquilo, pra poder se dedicar aquilo. Vai ter que planejar como é que vai acontecer e tudo mais. Então, quem souber lidar vai ser como se fosse uma diversão, porque tu vai tá fazendo uma coisa a mais que vai ser pro teu conhecimento quantitativo e só tende a evoluir. (A-2, Pesquisa de Campo, 2019)

O projeto de extensão meio que a gente vai sair daqui, não é verdade? A gente vai buscar outros públicos, no caso nosso público que foi alcançado foi as crianças e que isso foi muito bom porque a gente não tinha o convívio com elas aqui né, todos os dias. E a gente ia ter um outro tipo de linguagem pra interagir com as crianças [...] (A-8, Pesquisa de Campo, 2019)

É como você, tipo...criar algo e ter o prazer de e ir lá e contestar sobre isso. (A-6, Pesquisa de Campo, 2019)

[...] e é meio que você tá expondo o seu projeto e buscando ver se ele é algo produtivo ou se precisa ser melhorado. É meio que você criar o protótipo aqui e fosse testar fora. (A-7, Pesquisa de Campo, 2019)

Conforme respostas de alguns estudantes, foi compreendido a partir dos projetos um momento de participação em atividades diferentes das realizadas em seu cotidiano escolar, o que vai requerer desses o desenvolvimento de planejamento, além de favorecer acesso a novos espaços e capacidade de trabalhar com diferentes públicos. São nessas articulações/experiências que temos a extensão como aquisição de conhecimentos.

A extensão propicia situações nas quais a teoria pode ser testada, questionada, aplicada, comprovada, sem que o aluno corra o risco de ser punido se errar. Aliás, a educação deve mostrar que o erro não ameaça o conhecimento, mas que é pela tentativa que se atinge os objetivos de aprendizagem. Não se deve eliminar a possibilidade do erro no processo de aprendizagem, mas o aluno deve aprender a lidar com essa situação e saber tirar proveito disso. (DUARTE, 2014, p.61-62).

Na segunda categoria o direcionamento passa a ser para a transmissão do saber – da escola para público externo – onde a extensão é vista por esses alunos como uma prática que “estende” o conhecimento ao outro, ou entendida como divulgação da instituição, o alcançar de grande público e levar orientações ou ajuda:

No meu ver é uma forma de você conectar a instituição com a comunidade, a uma parte externa. Então...é...quando eu fiz esse projeto na área de extensão a gente tentou trabalhar com a parte externa, tentando levar o IFAM para a comunidade, falar um pouco da instituição. Mostrar o trabalho que a instituição desenvolve. (A-3, Pesquisa de Campo, 2019)

Acho que a extensão não vou trabalhar apenas na escola. Eu posso sim atingir um número bem grande com a extensão, porém eu sei que no bairro tem muitas pessoas que não entendem algumas coisas. Então esse projeto de extensão dependendo do tema, nós vamos levar para o bairro mais longe da região da cidade. (A-4, Pesquisa de Campo, 2019)

Pra mim é um projeto que a gente tem que tentar alcançar um maior número de pessoas possíveis. Tentar levar o nosso objetivo, nossa ideia, nosso projeto para mais pessoas. (A-5, Pesquisa de Campo, 2019)

A partir do momento que você desenvolve um...por exemplo, uma atividade dentro da escola, você tem a oportunidade de compartilhar com a comunidade...é você poder levar o projeto, apresentar ao público [...]. (A-7, Pesquisa de Campo, 2019)

[...] extensão é você ter uma ideia, um plano, um projeto que você possa levar à comunidade, de certa forma ajudar a comunidade ou ensinar alguma coisa, ou levar uma ideia pra ela levar adiante, outras escolas ou coisas do tipo. (A-9, Pesquisa de Campo, 2019)

Quanto a identificação da extensão como diferente da pesquisa, surge nas respostas a visão da extensão como algo que vai além da pesquisa, que forneça presença prática:

Eu acredito que seja...por exemplo...o PIBIC que é outro projeto que eu participo ele é mais pesquisa [...] (A-9, Pesquisa de Campo, 2019)

É nesse caso é como se...não é só a pesquisa, é colocar em prática tudo que a gente aprendeu lendo os artigos, porque não é só apenas a leitura e sim colocar em prática em forma de ajudar com o nosso conhecimento. (A-10, Pesquisa de Campo, 2019)

Os relatos demonstram um modo de ver a pesquisa somente em ambiente teórico e ao mesmo tempo ver na extensão forte caráter prático que ao serem associados possam levar contribuição. “A extensão visa favorecer a pesquisa, no que diz respeito às coletas de

dados que não podem permanecer como posse da universidade, mas, por meio da construção de conhecimento, devolver esse saber à sociedade.” (JANTKE; CARO, 2013, p.98).

Buscamos conhecer como esses alunos percebem o aspecto contributivo dos projetos que participaram, seja na questão da formação profissional ou mesmo em algum fator pessoal. A seguir, estão as três categorias surgidas:

Quadro 6– Contribuição do Projeto na Formação Profissional/Pessoal

Categorias	Fragmentos das falas dos participantes
<p>Conhecimentos Teóricos e Práticos</p>	<p>“Cara...eu tipo, nesse projeto eu aprendi que várias das coisas que a gente considera descartável ou algo que a gente considera “ah não dá mais pra fazer mais nada com isso, é utilizado”, dá pra modelar aquilo pra um outro objeto de utilidade, acho que essa foi a maior coisa que eu aprendi [...] mas também eu aprendi os conteúdos que eu tive que estudar, isso ficou na minha mente. Tipo, eu estudei pra apresentar o projeto, só que eu também aprendi com isso.” A-1</p> <p>“Então a partir do momento que eu fui pra campo, que pesquisei junto com a professora que tava acompanhando, a gente acaba se deparando com certas dificuldades e certas barreiras. Então, isso é muito interessante pra gente poder superar. Porque quando a gente sai do ambiente de sala de aula que vai pra campo, ambiente externo, a gente acaba superando e acaba já sabendo o que nos espera. [...]” A-3</p> <p>“A gente foi meio que fazer um estágio, porque lá você não era simplesmente só um aluno, você era um aluno que estava fazendo um projeto que necessitava de aprovação, porque deveria ser algo produtivo pra todos [...]” A-7</p>
<p>Construção e aprimoramento de Habilidades</p>	<p>“[...] a parte das expressões de como lidar com o público também.” A-1</p> <p>“Acho que o que mais contribuiu para nossa formação e também como pessoa, foi trabalhar em equipe, desenvolver novas habilidades, interpretar um texto e fazer um teatro [...]”. A-6</p> <p>“Desenvolver nossas habilidades. É, eu não me interessava muito por encenação assim, teatro, mas a partir daí até que eu gostei. É por que eu não conhecia, aí a partir daí eu comecei a gostar [...] pude é... colocar em prática uma habilidade que eu já tinha com uma que poderia desenvolver melhor.” A-7</p> <p>“O que aprendi bastante foi ter liderança. Liderança com o grupo né, você ter flexibilidade e digamos assim também é...se adaptar ao que a gente tem, porque teve vários problemas na questão da bolsa e isso meio que complicou um pouco, mas com a ajuda do professor tudo se resolveu. [...] Trabalhar em equipe, a gente teve muito isso. Comunicação, bastante, se comunicar com o grupo, tudo isso foi muito importante, valeu a pena”. A-8</p> <p>“No meu caso eu sempre tive essa facilidade de apresentar trabalho, de falar, sempre gostei. Só que eu nunca tinha ido...por exemplo dar uma palestra, falar alguma coisa, (conversar com as pessoas fora do IFAM) [...] E isso influencia na vida do trabalho, sabe? Ter autonomia, ter essa coisa de sobressair de gostar de falar.” A-9</p> <p>“Pra mim, mais a questão de saber falar, conseguir falar em público. Por que eu era muito calada “assim na minha”, e aí ter que interagir, então foi uma forma de eu colocar o meu conhecimento e ajudar outras pessoas e me comunicar mais”. E na questão de trabalho saber se comunicar, na faculdade que vai ter muito trabalhos assim, então foi como um “gancho” pra poder saber comunicar com as pessoas”. A-10</p>
<p>Mudanças em posturas pessoais</p>	<p>“Eu aprendi muita coisa com esse projeto e conseqüentemente como profissional, porque se eu sou uma boa pessoa, se eu evolui, se eu melhorei então eu vou ser melhor profissionalmente também”. A-2</p>

	<p>“Profissionalmente, eu acho que...me serviu mais assim como diálogo que eu tive com as pessoas”. A-5</p> <p>“[...] identificar situações, porque quando eu aprendi eu me via, depois eu me vi em situações que eu tinha colocado, por exemplo, coisas que as pessoas faziam e a gente não identificava, achava que aquilo era normal [...]. De acreditar em si principalmente.”. A-9</p>
--	---

Fonte – Pesquisa de Campo (2019)

Algumas respostas abordam sobre o conhecimento adquirido em relação a teoria ou prática, ao terem contato com a pesquisa realizada como base, além da oportunidade de discutir um tema novo para eles, poder aprender e discutir sobre diferentes realidades, além de desempenhar tarefas novas.

Na questão das habilidades, foram identificados o aprimoramento e a aquisição dessas, quando o discente aponta que aprendeu a trabalhar em equipe, que desenvolveu capacidade para se adaptar a mudanças e recursos disponíveis, além da necessidade de exercer comunicação efetiva (com o grupo e com público escolhido).

A sociedade desse novo século exige profissionais dinâmicos, capazes de criar, inovar e estar aberto a novas ideias, contribuir de forma prática para equacionar os diversos problemas que afligem camadas significativas da sociedade. A exigência imposta da presença de profissionais competentes e modernos não poderá ser atendida plenamente se não houver criatividade, adaptação rápida ao novo e resiliência em face de tantas situações a que estão expostos esses profissionais. (DUARTE, 2014, p.60).

Percebemos preocupação de alguns alunos em realizar uma atividade que tivesse um retorno positivo e que associaram como uma prática profissional, pois precisam realizar algo produtivo.

Mais do que ter o sentimento de pertencimento àquela comunidade ou entidade na qual o processo de extensão se desenvolve, necessariamente o aluno tomará conhecimento da sua realidade social e, automaticamente, verifica-se a necessidade de promover as mudanças sociais necessárias, pois existe um compromisso de alterar a realidade, e para isso destaca-se a necessidade de aprender a planejar, fazer adaptações e assumir responsabilidade com o interesse do outro. (DUARTE, 2014, p.58-59).

Outro ponto citado, foi a questão de interagir com um público diferente do habitual e lidar com o nervosismo, no caso de alguns alunos. O contato com algo novo despertou desenvolvimento de uma habilidade não conhecida ou não aprimorada até então. A questão de saber se expressar, ter autonomia e exercer liderança foram alguns exemplos muito presentes nas falas.

São aquisições que contribuirão nas relações desses alunos seja no campo escolar ou futuramente na atuação profissional. Desenvolver novas competências a partir do

contato com experiências reflexivas e saber como aplicá-las em sociedade condizem com a proposta de formação humana integral.

O trabalho com projetos, ao privilegiar a construção do conhecimento e a pesquisa, acentua no aluno a capacidade de aprender, descobrir, resolver problemas, articular saberes adquiridos, desenvolver a criatividade e agir com autonomia, habilidades consideradas essenciais para quem almeja um processo de formação integral. (LUZ, 2009, p.8).

Tivemos também algumas respostas que direcionavam para mudanças em posturas pessoais. Mencionaram que passaram a refletir sobre atitudes diárias, encarar novas atitudes no cotidiano e ter autoconfiança. No momento do diálogo alguns alunos citaram não apenas a atividade do projeto realizado, mas a própria articulação feita pelo professor em sala de aula com pesquisas e filmes sobre o tema para discussão.

O trabalho com projetos foge do modelo tradicional de ensino ao mudar o foco da aprendizagem, em sala de aula, do professor para o aluno. Também proporciona uma efetiva aprendizagem ao invés de simples memorização de conteúdos, além de procurar equilibrar melhor a relação entre teoria e prática. (LUZ, 2009, p.8).

Observou-se que esse conjunto de trabalho realizado, dentro e fora de sala de aula, trouxe uma interlocução relevante para esses discentes do projeto de extensão. Puderam compreender de forma mais ampla a temática, incorporar mudanças no seu dia-dia e dialogá-las em sociedade. Dentre os sentidos atribuídos ao conceito de educação integral, temos o direcionamento quanto a abrangência do processo educativo no alcance das dimensões “[...] cognitiva, estética, ética, física, social, afetiva, ou seja, trata-se de pensar uma educação que possibilite a formação integral do ser humano, em todos os seus aspectos”. (PESTANA, 2014 p.26).

Ao tratamos da extensão como aspecto contributivo para formação dos discentes, podemos identificar possibilidade de articulação para formação humana integral: por meio das atividades práticas são acessados conhecimentos específicos postos na realidade vivenciada por intermédio de diferentes relações entre os sujeitos envolvidos e o cenário a qual pertencem. Conhecimentos dos aspectos produtivos, culturais, tecnológicos, artístico dentre outros.

[...]Assim, a concepção de educação profissional e tecnológica que deve orientar as ações de ensino, pesquisa e extensão nos Institutos Federais baseia-se na integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e, ao mesmo tempo, no desenvolvimento da capacidade de investigação. (PACHECO, 2010, p.11).

Importante mencionar que não somente o aspecto de interlocução comunitário é definido nas práticas de extensão, assim como toda a articulação de produção que sai da

esfera da escola e é transmitida ou mesmo construída com outros atores, e assim é caracterizada como um tipo de extensão. Onde o foco é articulação/interação desempenhada e o alcance correspondido juntamente com ensino e pesquisa.

Em meio aos aspectos de desenvolvimento de saberes, também é importante mencionar algumas dificuldades presentes dentro desse processo. Sobre o questionamento das dificuldades surgidas durante realização do projeto, surgem as seguintes categorias:

Quadro 7– Dificuldades vivenciadas pelos discentes

Categorias	Fragmentos das falas dos participantes
Organização de horários	<p>“Eu tive sim, porque como foi tudo em cima da hora e não tinha nada pronto então foi tudo corrido pra mim”. A-2</p> <p>“Eu acho que a nossa dificuldade aqui foi a questão de tempo. Dele bater com nossos orientadores. E também encaixar um horário que eles nos disponibilizaram, porque a escola nos disponibilizou um horário (referindo-se a público externo).” A-5</p> <p>“[...] Era bom, mas foi cansativo porque digamos assim, no outro dia a gente tem que acordar cedo de novo, vir pra escola de novo, ficar até tarde de novo ir pra casa de novo. Entendeu? E tipo tinha dias que a gente tinha que estudar pra umas provas digamos a tarde, porque no outro dia ia ter prova de manhã, aí mas não, a gente ficava na escola e só tinha tempo pra estudar a noite, aí complicou pra minha parte.” A-8</p>
Fatores pessoais	<p>“[...] Eu tive que estudar coisas que eu não sabia, tive que aprender fazer coisas que não sabia. Então essa...sair da zona de conforto foi maior dificuldade. A-1</p> <p>“Acho que a única dificuldade que eu tive foi...eu não sou...eu sou comunicativa, sou bastante, falo converso, só que na hora de apresentar eu tinha medo de eu começar a falar e elas não entenderem. Então acho que minha dificuldade foi mais a conversa.” A-4</p> <p>“No começo eu tive [...] eu ia levar um assunto de algo que eu não entendia e não concordava. Então no começo pra mim foi bem complicado. Então depois que eu estudei isso esclareceu.” A-9</p>
Influências externas	<p>“Na verdade, eu tive...posso falar duas principais dificuldades: a primeira foi sobre as pessoas que já tinham sua personalidade formada, no caso as pessoas que já eram mais velhas naquele local. [...] A segunda foi [...] a parte envolvendo a criminalidade.” A-3</p> <p>“[...] Apesar da gente saber que a gente ia chegar lá e a gente ia ouvir coisas, que apesar das pessoas não conhecerem a gente compreender isso, de certa forma chateava, tipo assim “eu acho que isso que vocês tão fazendo é uma besteira”, então isso foi uma dificuldade sabe”. A-9</p> <p>“A maior dificuldade foi lidar com os preconceitos das pessoas em relação ao tema”. A-10</p>

Fonte: Pesquisa de Campo (2019)

Quando mencionada dificuldade referente ao tempo para desenvolvimento das atividades, ou seja, ‘Organização dos horários’, em alguns casos estavam vinculados ao

discente conciliar seu horário disponível junto ao orientador e com o público/local definido sem comprometer seu cronograma na escola.

Houve uma resposta com enfoque na atividade como algo bom, mas que gerou um cansaço devido acréscimo de atividades que deveriam ser conciliadas com outras já fixas da escola (como avaliações), tendo que adaptar novos horários para estudo sem comprometer o rendimento.

Essa primeira categoria coincide com algumas das observações destacadas pelos professores (conforme vimos anteriormente), onde citam a questão da conciliação de atividades para dedicação ao projeto. Por isso, as atividades têm um caráter muito flexível na organização das datas para buscar melhorar esse aspecto.

Em um caso específico o aluno realizou atividade com tempo inferior aos dos outros projetos, por se tratar de uma substituição de bolsista. O que gerou uma dificuldade em realizar todo o planejamento, estudo sobre o tema e implementação, além de aprender a manusear determinadas ferramentas para produção de materiais. No entanto, conseguiu concluir com apoio de demais colegas voluntários.

Denominamos como 'Fatores pessoais' aquelas respostas associadas a algum comportamento do próprio aluno em relação a sua personalidade, quando alguns relataram certa introspeção ou insegurança sobre conseguir ou não levar algum entendimento, e aqueles que associaram dificuldade em estudar e produzir algo novo.

Aqui entendemos que as superar esse desafio no decorrer das atividades, envolve também o aspecto de contribuição (conforme vimos anteriormente na aquisição de habilidades). Daí um dos pontos relevantes na questão de desenvolver um planejamento que permita dar espaço para os alunos realizarem pesquisas necessárias e estabelecer diálogos no fortalecimento do aprendizado para garantir segurança nas atividades que irão desempenhar.

Portanto, a extensão depende de como e por quem está sendo institucionalizada. Sabe-se que os objetivos das instituições, seus interesses e seu corpo docente e administrativo definirão suas ações e seus objetivos. Ao estruturar um projeto de extensão, a preocupação deve se centralizar nas motivações dessas práticas e dos conceitos que permeiam as ações dos docentes e discentes envolvidos. (JANTKE; CARO, 2013, p.99).

Quando em uma das respostas o aluno usa a expressão sair da zona de conforto, simbolizando o desafio da mudança de atitudes que conseqüentemente vem com novas responsabilidades, é uma situação nova que precisou encarar.

Durante o acompanhamento foi observada timidez tanto pelos alunos do projeto quanto pelo público envolvido (principalmente quando se tratava de público juvenil) por

estarem postos em um momento diferente do habitual em que devem ficar em evidência. O professor ajudava nas primeiras mediações e conforme atividade acontecia as interações fluíam mais. Durante ensaios, quando um dos alunos tinha desmotivação ou ficava com nervosismo, os outros colegas o incentivavam a continuar.

A extensão, nesse processo vivencial, pode ser um espaço, um tempo e um processo próprio para desenvolver o acolhimento de pessoas, de comunidades e de projetos, dando uma nova corporalidade aos grupos e sistemas sociais com o objetivo de promover uma vida que transcenda às situações do cotidiano. A energia que potencializa a integração entre a teoria e a prática, e a interação entre a ciência e a vivência, pode ser experimentada através da extensão universitária. (SÍVERES, 2013, p.33).

Também identificamos a categoria 'Influências Externas', quando um dos alunos relatou que a comunidade apresentava alto índice de criminalidade, tendo que retomar em outro momento com as atividades. De ter que trabalhar com um público que não compreendia a relevância do tema para intervenção em sua realidade ou quando alguns alunos relataram a questão do preconceito ou banalização com o tema por desconhecimento ou estereótipo criado como de menos valia, em diferentes ambientes que frequentavam (casa, escola, etc) o que causava desmotivação, mas ao mesmo tempo reflexão do quanto deveria ser ampliado debate do assunto em questão.

Nesse sentido, é importante pensar na metodologia da atividade para sensibilização do público em relação ao tema. No caso dos projetos acompanhados a relevância da temática foi compreendida pelos alunos participantes por meio do próprio material de pesquisa e se fortaleceu ao visualizar em campo o retorno da atividade e de quão necessária era.

O desenvolvimento de um tema pode ser mediado sob o olhar de diferentes áreas para que se amplie o diálogo e a construção de saberes. Tratar alguns campos que muitas vezes são esquecidos ou necessitam de maior debate. É uma forma também de trazer para formação do aluno diferentes aspectos presentes em sociedade.

Não se desqualifica, nessa ocasião, o campo de ensino e pesquisa das diversas disciplinas e especialistas, mas, sim, acredita-se no diálogo que pode ser estabelecido entre as várias áreas de conhecimento com o intuito de desenvolver no educando um olhar múltiplo sobre a sociedade. Isso evidencia o compromisso político da escola em formar cidadãos inteiros a partir e no meio do qual participa. (DÁLIA; FRAZÃO, 2017, p.169).

Um dos objetivos das práticas extensionistas é interligar teoria com a prática interventiva na realidade. Para tanto, partimos para uma reflexão específica da visão do aluno sobre como poderia intervir profissionalmente com a público/tema selecionado em seu projeto, a contribuição da futura profissão em relação a temática trabalhada. Mesmo

que não tenha realizado uma atividade diretamente interligada com o que a profissão exerceria, sugeriram diversificadas reflexões.

Quadro 8 – Outras contribuições refletidas

Categorias	Fragmentos das falas dos participantes
Oferta de serviços	“No início eu achei que não tinha nada a ver meio ambiente com administração só que aí eu fui perceber que é diferente e o meio ambiente ele vai se engajar em todos os ramos. Então eu acredito que pode sim ajudar, até porque se eu tô fazendo administração vai ser por que administra uma empresa e essa empresa de certa forma vai ter que seguir padrões de não poluir e tentar de todas as formas ajudar o meio ambiente.” A-4
Criação de materiais, espaços e outros	“Eu pensei nisso acho que quando eu tava fazendo um dos relatórios que era quando eu tava lendo um artigo. Que o cara ele fabricava peças de plástico, a maior parte eram de objeto descartável [...] Por exemplo eletrônica, eu vi que dava pra eu fazer pontes de corrente elétrica com plástico ou lata que é um alumínio e transmite muito bem a carga elétrica, então, todo esse pensamento quando eu tava fazendo o projeto eu falei “cara, dá pra fazer” e essa foi a maior marco acho que pra trazer do projeto para o meu curso.” A-1
Incentivo em novas qualificações	“Tipo, eu não tenho muito interesse, eu diria que informática é minha segunda ou terceira opção. Eu gostaria de ser ou um escritor [...], esse projeto me incentivou muito pois a partir do momento que eu vi que as pessoas gostaram do que eu criei é algo que me incentivou a continuar trabalhando nisso (referindo-se profissão de escritor).” A-7

Fonte: Pesquisa de Campo (2019)

Alguns fizeram uma reflexão aproximando a proposta desenvolvida com o curso atual, ao mencionarem que identificaram possibilidades de intervenções a partir das leituras realizadas e do contato com a atividades, o qual a futura profissão técnica poderia contribuir ofertando determinados serviços incorporando alguns requisitos que foram estudados no projeto. Outros também destacaram a possibilidade de criação de materiais, espaços ou aplicativos.

Por estarem em processo formativo alguns alunos ainda não sabem se pretendem atuar na área estudada, porém perceberam com qual público teria maior ou menor afinidade e alguns fizeram interlocução da contribuição de outras profissões junto a tema/público do projeto. Demonstraram interesse em buscar ampliar a qualificação sobre o tema e vincular com outras áreas pretendidas. Aqueles que já tinha afinidade com o tema, também fortaleceram o interesse em se aproximar ainda mais.

É de grande abrangência o alcance contributivo, por permitir aos alunos transmitir esses aprendizados em sua vivência atual ou como possibilidade de futura atuação

profissional. No decorrer de nossa entrevista, destacamos alguns outros diálogos surgidos. Em determinada resposta, foi possível perceber que houve maior compreensão de uma das disciplinas estudadas, que somente com a prática conseguiu contemplar como poderia utilizá-la em campo, conseqüentemente, quais seriam os meios que sua profissão poderia contribuir com o conteúdo estudado:

Assim, na minha matéria de telecomunicações eu aprendi sobre os estudos das imagens. Sobre os pixels, sobre a linguagem do som ou até mesmo os efeitos, até calculo matemático tem no pixel e eu pensava que eu não ia usar isso nunca. Então pra mim assim, foi uma situação que eu vi, em telecomunicações eu vi um estudo sobre pixels e eu usei isso pra fazer o banner. (A-2, Pesquisa de Campo, 2019)

Aqui verificamos como o aluno conseguiu articular teoria e prática, sua reflexão partiu de como o conhecimento adquirido pode ser implementado em contexto real. O que proporciona maior espaço para questionamentos, novas propostas e fortalecimento da autonomia no processo formativo.

“[...] a teoria e a prática educativa constituam o núcleo articulador da formação profissional; A teoria sendo sempre revigorada pela prática educativa; A prática educacional sendo o ponto de partida e de chegada [...]” (ARAÚJO; FRIGOTTO, 2015, p.72)

Alguns alunos demonstraram o quanto se sentiram motivados a permanecer no curso, ou mesmo incentivar outras pessoas. É o momento em campo de se identificar ou se aproximar de outras profissões, conhecer diferentes profissionais ou refletir sua própria prática futura independente da carreira pretendida.

Isso, o projeto influencia nesse caso porque são coisas assim que a sociedade impõe que não é pra mulher, mas como eu lhe falei... não me vejo mais fazendo medicina eu quero fazer tecnologia apesar de ser uma área mais preenchida por homens [...] O projeto ensina pra gente que a gente faz aquilo que a gente se sente bem e que a gente conquista nosso espaço tentando, porque o que acontece muito é que às vezes é que eu quero que as mulheres conquistem seu espaço mas eu tenho medo de fazer uma faculdade porque os homens prevalecem e acho que nesse sentido contribuiu bastante. (A-9, Pesquisa de Campo, 2019)

[...] Me levou a ver que tem no caso, que tem profissões que são colocadas como profissões masculinas e que se eu quiser eu posso sim usar elas e que quando eu tiver exercendo esse cargo eu vou poder mostrar, tipo servir como incentivo para outras mulheres, não apenas na minha área de trabalho mas tipo fora e essa questão de querer ser a diferença e mostrar que podemos sim e que conseguimos se lutarmos. (A-10, Pesquisa de Campo, 2019)

A questão da cultura faz parte de um dos elementos estruturantes das dimensões da vida, que deve ser considerado ao falarmos de um currículo voltado para formação humana integral. É nesse aspecto cultural que aluno consegue refletir acerca de padrões existentes em sociedade e buscar intervir numa perspectiva de mudança. Verificamos nas falas acima como desmistificaram alguns estereótipos, fortaleceram sua intenção em incentivar demais

peças e, portanto, despertaram para um compromisso social. Esse aspecto foi fortalecido ao ter contanto com o tema trabalhado na prática da extensão.

No que se refere à relação Extensão e Ensino, a diretriz de indissociabilidade coloca o estudante como protagonista de sua formação técnica - processo de obtenção de competências necessárias à atuação profissional - e de sua formação cidadã - processo que lhe permite reconhecer-se como agente de garantia de direitos e deveres e de transformação social. (FORPROEX, 2012, p.32).

Verificamos alguns dos aspectos proporcionados pela extensão no ensino médio para fortalecimento da proposta de formação humana integral. A experiência prática permitiu aos discentes construir e reconstruir saberes, desenvolver-se como aluno e futuro profissional, fortalecer o conhecimento sobre a realidade que faz parte e que poderá atuar futuramente, o que também contribuirá socialmente.

6 CARTILHA - Extensão no Instituto Federal do Amazonas: PIBEX e as contribuições formativas

Nosso processo de pesquisa serviu como base para construção do produto educacional, em que elaboramos uma cartilha em formato digital (pdf) destinada a professores (e demais profissionais) da EPT que realizem ou tenham interesse em realizar projetos de extensão, para que o alcance contributivo das atividades possa ser ampliado. Portanto, o formato do nosso produto se enquadra na categoria material textual, segundo CAPES (2016).

Por meio da leitura do material objetiva-se despertar reflexões para participação nas atividades de extensão, as possibilidades de articulação de atividades e quais os principais aspectos contributivos. Além de incluir, reflexões sobre questões da realidade local, pesquisa e as possibilidades que emergem a partir das diferentes áreas temáticas, para o despertar de novas ideias e ampliar o envolvimento com os projetos de extensão.

“Entendemos por material educativo um objeto que facilita a experiência de aprendizado”; ou, se preferirmos, uma experiência mediada para o aprendizado.” (KAPLÚN, 2003, p.46).

A principal relevância da cartilha está em levar informações sobre o alcance que a extensão tem na formação do aluno e o aspecto social que pode abranger. Esperamos que por meio da leitura do material despertem novos olhares e pensar nas diferentes áreas norteadoras como podem ser verificadas em cenário local, como podem ser articuladas com propostas junto aos alunos com envolvimento da pesquisa e ensino.

6.1 Organização

Nosso produto partiu de um planejamento durante a realização da dissertação. Durante as discussões surgidas, verificamos a importância em ampliar o alcance do debate e levar informações sobre as ações do instituto e principalmente as contribuições.

Definimos os tópicos que seriam trabalhados, e organizamos em três seções: Na primeira trabalhamos o aspecto conceitual da extensão e o formato de realização no IFAM; Na segunda destacamos o alcance da contribuição para formação humana integral e para o campo social; E na terceira seção incluímos algumas reflexões quanto as áreas temáticas que orientam os projetos de extensão.

Fizemos levantamento bibliográfico a fim de garantir respaldo teórico das discussões existentes, com informações compartilhadas de forma segura. Buscou-se de forma objetiva trazer algumas discussões sobre o tema, como uma forma de revisar alguns conceitos e somar com o conhecimento teórico já existente ou mesmo levar outros novos.

Uma vez o produto sendo fruto do trabalho de pesquisa da dissertação, a delimitação contemplou a modalidade de extensão do PIBEX, no entanto, utilizamos essa modalidade como um aspecto norteador – buscamos atingir público que já realizou ou pretende realizar atividades de extensão dentro do campo da educação profissional e tecnológica, deixando uma reflexão mais ampla.

Definidos e organizados os conteúdos, passamos a pensar num formato de apresentação com linguagem objetiva e com inserção de questionamentos para o leitor acompanhar de forma mais exitosa a cartilha. Foi o momento de visualizarmos o que já vinha sendo construído em materiais textuais sobre o tema para identificarmos um aspecto inovador de nosso produto. Para síntese de algumas seções e para tornar a leitura mais atrativa, utilizamos de mapas conceituais ou quadros com elaboração própria.

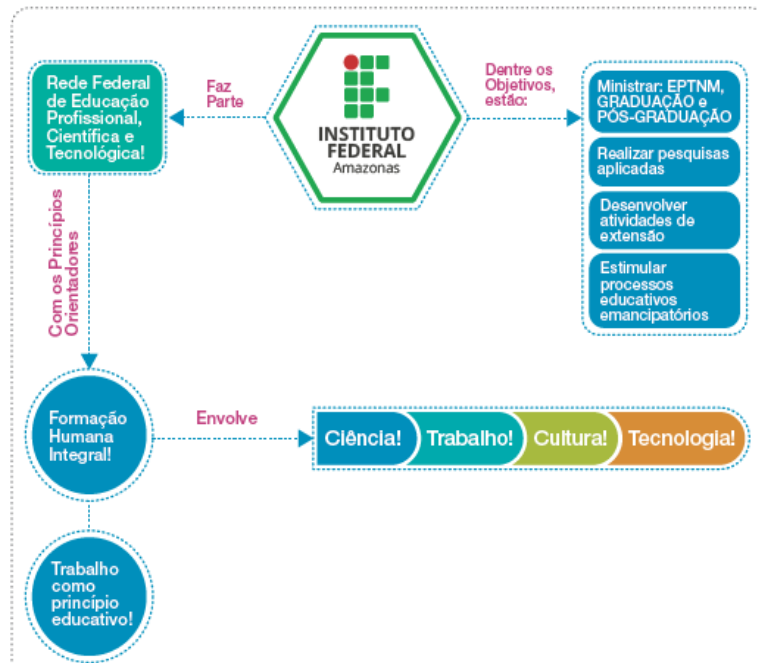


Figura 5 – Mapa Conceitual
Fonte: Cartilha (2020)

Também incluímos algumas caixas com curiosidades/informações da realidade amazonense (Você Sabia?) dentro da seção das áreas temáticas, onde surgiu necessidade de buscar novos referenciais. Nos preocupamos em passar com segurança informações oficiais ao leitor, e despertar nele curiosidades e ideias que não constam na cartilha, mas que poderiam surgir em forma de atividade. É importante que se destaque o aspecto regional, uma vez que esse influencia no desenvolvimento dos projetos de extensão.

Tem alguma ideia que possa contribuir para algum setor específico? Conhece algum trabalho que está sendo desenvolvido e que pode ser somado ao grupo escolar?

V
S
S

Você sabia?

No Amazonas a Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJUSC) coordena e executa a Política Nacional de Direitos Humanos. As ações são desenvolvidas nas áreas: Criança, adolescente, idoso, mulheres, diversidade e gênero, promoção da igualdade racial, migração, refúgio, trabalho escravo e tráfico de pessoas, política sobre drogas; atendimento socioeducativo a adolescentes em conflito com a lei privados de liberdade, população em situação de rua, cidadania e direitos do consumidor. (Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Amazonas)

Figura 6 – Caixa “Você Sabia?”
Fonte: Cartilha (2020)

Na questão do design gráfico, contamos com colaboração de profissional especializado na área que fez a diagramação do material e projeto gráfico. A fonte utilizada é da família Helvetica, por transmitir clareza estética universal. Os elementos gráficos aplicados na capa e contracapa estão espelhados em toda a composição em forma de marcação na lateral esquerda das páginas (triângulo e faixas).

Cada página possui o título da cartilha para que mantenha a identificação da mesma. Buscamos organizar num formato que facilite a leitura e simplificação visual já pensando no caso de futura impressão.

6.2 Aplicação e Validação

Por tratar-se de um material informativo, para futura realização e organização de projetos de extensão, o principal objetivo era verificar durante avaliação o aspecto reflexivo gerado. O material vem para tornar mais claro o aspecto contributivo da extensão e como o profissional pode pensar na construção de propostas junto aos alunos e público alvo.

No momento da aplicação do produto, respeitamos o momento de isolamento social vivenciado e os cuidados com a saúde dos envolvidos na pesquisa. A organização mundial de saúde, em 11 de março de 2020, declarou a infecção humana pelo Novo Coronavírus como Pandemia, sendo necessário maior restrição de contato físico.

Contamos com os recursos tecnológicos para que os professores (que foram os participantes de nossa pesquisa) tivessem acesso ao material: enviamos uma versão piloto da cartilha juntamente com o instrumental questionário para auxiliar no processo avaliativo, por e-mail ou WhatsApp. Também convidamos para essa etapa um coordenador local de extensão de um dos *campi* (será identificado como C-1).

Após contato com a cartilha, os professores expuseram sua análise e alguns fizeram sugestões. Nosso questionário foi elaborado com perguntas mistas organizadas em três grupos: relevância para o público a que se destina; compreensão e clareza das informações; se ocorre aceitação do material e reflexões geradas.

Em seu estudo Chisté (2018), ao abordar a validação de materiais educativos, destaca a possibilidade de ocorrência por meio de entrevistas individuais, ou grupos de discussões e pode contar com guia de perguntas. Sendo essa etapa importante na construção de produtos que contribuam para educação.

Todos os docentes concordaram sobre a relevância do conteúdo e nas respostas foram registradas duas principais mensagens que a cartilha transmitiu: A importância da extensão como instrumento para formação humana integral; O caráter social da extensão e sua importância na formação dos alunos.

As informações foram consideradas como de fácil compreensão, não havendo discordância nesse aspecto. Um dos profissionais apenas comentou que o material talvez não seja de fácil compreensão para um aluno do ensino médio. Nesse caso, como nosso público alvo são os professores deixamos livre a forma que esses poderão utilizar a cartilha e não fizemos alterações nessa questão da linguagem – deixando uma oportunidade para continuidade ou um próximo material direcionado para estudantes.

Nos certificamos quanto existência de expressões não reconhecidas ou ofensivas, todos discordaram sobre essa ocorrência, portanto tratam-se de informações claras e com respeito aos princípios éticos.

Quanto à organização do texto e uso de figuras: foram considerados satisfatórios pela maioria e alguns concordaram parcialmente: Sugeriram acréscimos de mais aspectos visuais. A partir disso, elaboramos mais alguns gráficos para inserção no material, com intuito das informações ficarem melhor visualizadas no tópico em que foi trabalhado.

Também questionamos quais foram as principais reflexões surgidas após leitura:

Quadro 9 – Reflexões sobre a cartilha

Principais reflexões sobre a cartilha	Fragmentos das falas dos participantes
	“Auxiliar discentes a entender o papel da extensão dentro dos institutos” (P-6)
	“O caráter social da extensão e sua importância na formação dos alunos” (P-5)
	“[...] Conjunto de propostas citadas ao atendimento social, tanto interno quanto externo” (P-1)
	“Utilização do material nos encontros de formação de professores, cursos de elaboração de projetos de extensão [...]” (P-6)
	“Motivação a trabalhar mais ainda com a extensão, pelo seu caráter social” (C-1)

Fonte: Pesquisa de Campo (2019)

O aspecto da motivação em continuar a trabalhar com a extensão, o auxílio aos discentes na compreensão dessa atividade, o caráter social, a relevância de propostas e a possibilidade de uso do material em encontros formativos foram as principais respostas mencionadas. Isso demonstra que nosso objetivo foi contemplado ao serem destacados

aspectos das contribuições e possibilidades de desenvolver projetos junto aos alunos da EPT.

Ao questionarmos sobre a utilização da cartilha, ocorreram variações nas respostas, dentre as quais:

Quadro 10 – Utilização da cartilha

	Fragmentos das falas dos participantes
	“Colocando em pratica as ideias de projetos, cursos e eventos.” (P-1)
	“Utilizaria como pesquisa sobre os conceitos de extensão.” (P-5)
	“Utilizaria com meus alunos extensionistas e recomendaria a professores, técnicos e alunos que desejam desenvolver atividades de extensão.” (C-1)
Utilização da cartilha	“Esse material pode ser utilizado em encontros de formação de professores, uma vez que ele aborda, de maneira sucinta e didática, a importância da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão. A cartilha poderia também ser utilizada em cursos de elaboração de projetos de extensão, considerando que ela apresenta as diversas áreas temáticas e possibilidades de atuação.”(P-6)
	“Utilizaria com os docentes em reuniões pedagógicas e para consulta nas coordenações de cursos.” (P-3)

Fonte: Pesquisa de Campo (2019)

De maneira geral, o produto foi bem avaliado e por ser uma cartilha que deixa livre a elaboração de propostas, mas que ao mesmo tempo destaca a relevância que essas atividades contemplam, verificamos diversas possibilidades quanto ao seu uso – desde material como fonte de pesquisa até como apoio para atividades ou cursos de elaboração de projetos de extensão.

É uma forma de ampliarmos o debate sobre a extensão, de destacar sobre a relevância para o processo formativo e no decorrer do surgimento de novas atividades buscar variados contextos sociais para desenvolvimento da prática com benefício para público interno e externo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A extensão historicamente é vinculada ao contexto universitário e seus diferentes formatos de implementação recebem muita influência do cenário político, econômico e social a qual pertencem, bem como da instituição implementadora. Por muito tempo recebeu influência de visão assistencialista que por sua vez acarreta um olhar para essa atividade como a responsável em atender problemáticas ou levar medidas paliativas.

Alguns conceitos a direcionam como prestação de serviços, ou uma prática que deva levar saberes construídos dentro do espaço acadêmico para os que não tem acesso, deixando de considerar as experiências e saberes do público alvo.

Diferente olhar é lançado ao pensar na possibilidade de via de mão dupla: público interno e externo articulam e constroem conhecimento por meio do diálogo estabelecido. Importante ainda destacar o respaldo legislativo que trata da indissociabilidade dessa junto ao ensino (envolvendo a formação) e a pesquisa (na busca de conhecer e devolver respostas a determinada realidade).

No contexto dos Institutos Federais as práticas de extensão são orientadas devendo atender articulação junto ao ensino e a pesquisa, e aos princípios e finalidades da EPT com produção e divulgação de conhecimentos científicos e tecnológicos para que beneficie à comunidade em geral.

Os regulamentos do IFAM orientam para propostas que promovam inclusão social, melhoria das condições de vida, contribuição na formação profissional e que promova interação com a sociedade – com cumprimento de planejamento de carga horária suficiente para aplicação dessas, que não comprometam desempenho do aluno e com produção de relatórios periódicos para acompanhamento sob orientação dos docentes coordenadores dos projetos.

A formação dos discentes é enriquecida ao oportunizar contato com a realidade, em que poderá intervir subsidiado com a pesquisa e desenvolver competências e habilidades que extrapolam o aspecto profissional – daí a principal contribuição das atividades para formação humana integral – o despertar da autonomia, da identificação de soluções, da aproximação com a prática e entender como pode articular saberes.

Em nossa pesquisa, a percepção dos docentes e discentes direcionam como principal aspecto contributivo a complementação junto a teoria estudada, aproximação com o cenário externo, diferentes participações, fortalecimento de habilidades tais como autoconfiança, criatividade, trabalho em equipe, fortalecimento de qualidades profissionais

e mudanças em posturas pessoais diante cotidiano. Conhecimentos teóricos e aproximação com a pesquisa também surgem como aspectos contributivos.

Na reflexão dos professores a extensão desempenha a possibilidade de aproximação da realidade e pode desencadear mudanças no aluno. Os alunos por sua vez, percebem a possibilidade de adquirir e levar aprendizados, além de destacar como uma prática que se diferencia da pesquisa indo além. A afinidade ou interesse pelo tema, além da possibilidade de experiência foram fatores geradores da motivação na participação das atividades.

O alcance social vislumbrado perpassa incentivo a participação em diferentes setores em sociedade, colaboração no aspecto da educação seja na qualificação ou na produção de metodologias, despertar autonomia nos sujeitos participantes das atividades para continuidade de ações no atendimento aos seus interesses/necessidades. Permite refletir atuação futura enquanto profissional e cidadão, incentivando e buscando melhorias contínuas em meio social.

Diante algumas dificuldades surgidas aos discentes da EPTNM – como organização de horários, conciliar atividades e lidar com desmotivação ou introspecção – a articulação em grupo e mediação dos professores favoreceu a maneira de lidar com essas e buscar continuidade nas atividades.

A superação de alguns desafios ainda é presente, como a questão da interdisciplinaridade, um fator que muito fortaleceria a formação humana integral e a realização das atividades de extensão. Até mesmo para dar mais amplitude aos projetos e abarcar diferentes saberes, construir amplos diálogos e colaborar o aspecto interventivo sob diferentes olhares.

A articulação da extensão com o ensino e pesquisa também merece destaque nas discussões para melhor compreensão na sua implementação, e como favorecer ao aluno para que esse consiga realizar interlocução entre a prática e as disciplinas estudadas. São pertinentes estudos futuros, que possam trazer novos questionamentos e discussões para o tema, seus desafios e possibilidades ou outros aspectos relevantes para o processo formativo.

Nosso estudo oportunizou a criação de uma cartilha como produto educacional, que traz a síntese dos aspectos contributivos das atividades de extensão, além de favorecer reflexões para variadas propostas de extensão junto ao público da EPT. Na aplicação do material houve reconhecimento de sua relevância e amplitude de utilização. Esperamos que nosso trabalho fortaleça o debate da extensão junto ao ensino e pesquisa, inspirar

novos estudos que agreguem à proposta de formação humana integral, com a perspectiva do desenvolvimento de um ensino emancipador que contemple escola e sociedade como um todo.

8 REFERÊNCIAS

ABREU, Roberta Melo de Andrade; ALMEIDA, Danilo Di Manno de. Refletindo sobre a pesquisa e sua importância na formação e na prática do professor do ensino fundamental. **Faced**, Salvador, n.14, p.73-85, jul./dez. 2008.

ALEIXO, José Carlos da Costa. **Professores do 1º segmento do ensino fundamental da cidade de Nova Iguaçu**: aproximações entre qualificação e identidade. 2014. 237 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

AMORIM, Mônica Maria Teixeira. **A Organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Conjunto da Educação Profissional Brasileira**. 2013. 245f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Belo Horizonte, 2013.

ARAÚJO, Ronaldo Marco de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 52, n. 38, p. 61-80, maio/ago. 2015

BARBOSA, Eduardo Fernandes; MOURA, Dácio Guimarães de. Metodologias ativas de aprendizagem na Educação Profissional e Tecnológica. **Boletim Técnico Do Senac**, 39(2), 48-67. 2013 Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/349/333> Acesso em: 12 jan. 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BATISTA, Zenilde Nunes; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. A gênese da Extensão Universitária brasileira no contexto de formação do Ensino Superior. **Revista ibero-americana de estudos em educação**. V. 13, p. 916-930, 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/11178/7454> Acesso em: 07 dez. 2018

BEMVENUTI, Vera Lucia Schneider. Extensão universitária: momentos históricos de sua institucionalização. **Vivências**, Erechim. V1, nº1, p18-26. Out, 2005. Disponível em: http://www2.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero_001/artigos/area_comunicacao/area_comunicacao_01.htm Acesso em: 22 mar. 2019.

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**. Londrina, v. 32, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2011.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 292 p.

BRASIL. **Lei nº5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 3 dez.1968b.

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso 10 Jan 2020.

BRASIL. **Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Brasília, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm Acesso em: 20 dez 2019.

BRASIL. **Lei 11. 892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. Brasília, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm Acesso em 14 mar 2019.

BRASIL/MEC/SETEC. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Técnico:** Documento Base, Brasília: dezembro de 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia:** um novo modelo em educação profissional e tecnológica. Concepção e Diretrizes. 2010. 43p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/> Acesso em: 13 dez. 2018

BRASIL. **Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012.** Define as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível médio. Ministério da Educação/ Conselho Nacional de Educação.

CANALI, H. H. B. **A trajetória da educação profissional no Brasil e os desafios da construção de um ensino médio integrado à educação profissional.** V Simpósio Sobre Trabalho e Educação, 2009.

CAPES. **Considerações sobre classificação de produção técnica-educacional.** Brasília: MEC/CAPES, 2016.

CARBONARI, Maria Elisa Ehrhardt; PEREIRA, Adriana Camargo. Extensão Universitária no Brasil, do assistencialismo à sustentabilidade. **Edubase** (UNICAMP), v. 10, p. 23-28, 2007

CASTRO, Lúcia Rabello de. Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 253-268, jun. 2008

CASTRO, Luciana Maria Cerqueira. **A Universidade, a extensão universitária e a produção de conhecimentos emancipadores.** In: 27ª Reunião Anual da ANPED - Sociedade, Democracia e Educação: Qual Universidade?, Caxambu, 2004. Disponível em: <http://www2.uerj.br/anped11>. Acesso em: 30 mar. 2020.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino médio e educação profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, DF, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011.

CHISTÉ, Priscila de Souza. **Produtos Educacionais em Mestrados Profissionais na Área de Ensino:** uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. In: 7º Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa, 2018, Fortaleza. Atas do 7º Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa. Aveiro - Portugal: Editora Ludomedia, 2018. v. 1. p. 330-339.

CONIF - Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação profissional e Tecnológica. **Extensão Tecnológica - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica/** Cuiabá (MT): CONIF/IFMT, 2013.

CORREIA, Luiz Nilton. **Metodologia Científica**: Para trabalhos acadêmicos e artigos científicos. Florianópolis, SC: Do autor, 2008.

COVER, Ivania. **Práticas de extensão no ensino médio integrado**: construindo possibilidades de emancipação - X ANPED SUL, Florianópolis, out. de 2014.

DÁLIA, Jaqueline de Moraes Thurler; FRAZÃO, Gabriel Almeida. Para além do ensino integrado: experiências, possibilidades e desafios da articulação entre ensino, pesquisa e extensão no currículo. In: ARAÚJO, Adilson Cesar; SILVA, Cláudio Nei Nascimento da (orgs.) **Ensino médio integrado no Brasil**: fundamentos, práticas e desafios. Brasília: Ed. IFB, 2017.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 14.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

DUARTE, Jacildo da silva. **As contribuições da extensão universitária para o processo de aprendizagem, prática da cidadania e exercício profissional**. 2014. 102 f. Dissertação (mestrado). Universidade Católica de Brasília, 2014.

ESCOTT, Clarice Monteiro; MORAES, Márcia Amaral Correa de. História da Educação Profissional no Brasil: As políticas públicas e o novo cenário de formação de professores nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. In: **Anais Eletrônicos: IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil"** - História da educação brasileira: experiências e peculiaridades. João Pessoa: UFPB, 2012.

FILHO, W. B. M.; SILVEIRA, H. E. Extensão na formação profissional: Desafios e possibilidades. Fórum Brasileiro de Pró Reitores de Graduação – **FORGRAD**, Publicações, Ensino, pesquisa e extensão no contexto da graduação para os próximos 10 anos – 2010/2011. 20p., 2011.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: 2012.

FORPROEXT. **Contribuições para a política de extensão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica**. Fórum de pró-reitores de extensão ou cargos equivalentes das instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. 2015.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GERALDO, Romário. **A extensão nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais**. 289 f. 2015. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-A7VPFX>

GERHARD, Ana Cristina; ROCHA FILHO, João Bernardes da. A fragmentação dos saberes na educação científica escolar na percepção de professores de uma escola de ensino médio. **Investigações em Ensino de Ciências** – V17(1), pp. 125-145, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar** – Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 12ª Edição. Editora Record. 2011.

GURGEL, Roberto Mauro. **Extensão universitária: comunicação ou domesticação?** - Síntese da Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado de Sociologia do Desenvolvimento da Universidade Federal do Ceará – Educação em Debate. Fort.1984

IFAM. Conselho Superior. **Resolução nº 02 – CONSUP/IFAM de 22.03.2011**: Dispõe sobre a aprovação do Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), e dá outras providências. Manaus: IFAM, 2011

IFAM. Conselho Superior. **Resolução Nº 16-CONSUP/IFAM de 23.03.2015**: Aprova o Regulamento do Programa Institucional de Bolsas de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. Manaus: IFAM, 2015.

IFAM. Conselho Superior. **Resolução Nº 35-CONSUP/IFAM de 17.12.2012**: Aprova o Regulamento das Atividades de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. Manaus: IFAM, 2012.

IFAM. Edital nº 001, de 14 de fevereiro de 2019. Seleção de propostas de extensão, com concessão de bolsas. Pró-reitoria de extensão, PROEX/IFAM. Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/pro-reitorias/extensao/proex/editais> Acesso em: 18 jun. 2019.

IFAM. **Manual de Extensão**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, IFAM. Manaus, 2016.

IFAM. Portaria nº 001 – PROEX/IFAM, de 17 de abril de 2019. Homologa e torna público o Resultado Final do Processo de Seleção de Propostas de Extensão, com concessão de bolsas, objeto do Edital nº 001-PROEX/IFAM de 14 de Abril de 2019. Pró-reitoria de extensão, PROEX/IFAM. Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/pro-reitorias/extensao/proex/editais> em: 18 jun. 2019.

JANTKE, Regina Vazquez Del Rio. CARO, Sueli Maria Pessagno. A extensão e o exercício da cidadania IN: SÍVERES, Luiz. (Org.) **A Extensão universitária como um princípio de aprendizagem**. Brasília: Liber Livro, 2013.

KAPLÚN, Gabriel. Materiais educativos: experiência de aprendizado. Revista Comunicação & Educação, n. 271, p. 46-60, 2003.

KUENZER, Acácia Zeneida; GRABOWSKI, Gabriel. Educação Profissional: desafios para a construção de um projeto para os que vivem do trabalho. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 297-318, abr. 2006. ISSN 2175-795X. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10762>>

KUENZER, Acácia Zeneida [et al.]. **Educação profissional**: desafios e debates [recurso eletrônico]. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas 2003.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, E. D.A. Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LUZ, Everardo de Sousa. **Ensino profissional integrado: projetos de trabalho sob a ótica da transdisciplinaridade** – UFPI. In: 27^a Reunião Anual da ANPED - Sociedade, Democracia e Educação: Sociedade, cultura e educação: novas regulações? 2009, Caxambu. Disponível em: http://32reuniao.anped.org.br/trabalho_gt_12.html Acesso em: 30 Mar. 2020.

MELO NETO, José Francisco de. Extensão universitária: bases ontológicas. In: MELO NETO, José Francisco de. (Org). **Extensão universitária: diálogos populares**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002.

MELO, José Francisco de. **Extensão popular**. 2.ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

MIGUENS JR. Sérgio Augusto Quevedo e CELESTE, Roger Keller. A extensão universitária. 2014. In: https://www.researchgate.net/publication/253645827_A_EXTENSAO_UNIVERSITARIA_-_Capitulo_de_Livro

PACHECO, Eliezer Moreira. **Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Natal: IFRN, 2010.

PACHECO, Eliezer (Org.). **Perspectivas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio: proposta de diretrizes curriculares nacionais**. São Paulo: Moderna, 2012.

PAULA, João Antonio de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces** - Revista de Extensão. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 05-23, jul/nov 2013.

PESTANA, Simone Freire Paes P. Afinal, o que é educação integral? **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 9, n. 17, janeiro/junho de 2014

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico** – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMOS, Marise. **Concepção do ensino médio integrado**. Texto apresentado em seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará nos dias, v. 8, 2008

RAYS, Oswaldo Alonso. Ensino-Pesquisa-Extensão: notas para pensar a indissociabilidade. **Revista Cadernos de Educação**. Especial, n. 21, p. 71-85, 2003. READINGS, Bill. Universidade sem cultura? Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social Métodos e Técnicas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ROCHA, Sonia. A inserção dos jovens no mercado de trabalho. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 533-550, Set./Dez. 2008.

RODRIGUES, Rogério. A extensão universitária como uma práxis. **Em Extensão**, v. 5, n. 1, 2 jun. Uberlândia. 2008.

SAKAMOTO, Cleusa Kazue; SILVEIRA, Isabel Orestes. **Como fazer projetos de iniciação científica**. São Paulo: Paulus, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. In: ALMEIDA FILHO, Naomar de; SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova**. Coimbra: Almedina, 2008.

SERRANO, Rossana Maria Souto Maior. **Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire**. Disponível em: https://www.ets.ufpb.br/pdf/2013/1%20Universidade%20e%20Sociedade/US%2013_Texto%201%20Serrano_Conceitos%20de%20extensao%20universitaria.pdf Acesso em: 22 out. 2019.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualit@s** (UEPB), v. 17, p. 1-14, 2015.

SILVA, Marcus Osório da. A interdisciplinaridade como uma possibilidade no processo ensino: aprendizagem da educação profissional de nível tecnológico para o mundo do trabalho. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**. V.2, Nº13. 2017.

SILVA, Michel Goulart da; ACKERMANN, Silvia Regina. Da extensão universitária à extensão tecnológica: os Institutos federais de educação, ciência e tecnologia e sua relação com a sociedade. **Educação Revista Extensão Tecnológica**, v. 1, p. 9-18, 2014.

SÍVERES, Luiz. O princípio da aprendizagem na extensão universitária. In: SÍVERES, Luiz. (Org.) **A Extensão universitária como um princípio de aprendizagem**. Brasília: Liber Livro, 2013.

SÍVERES, Luiz. Princípios estruturantes da extensão universitária. In: MENEZES, Ana Luisa Teixeira de; SÍVERES, Luiz (Orgs.). **Transcendendo fronteiras** [recurso eletrônico]: a contribuição da extensão das instituições comunitárias de ensino superior (ICES). Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013.

TAVARES, Maria Das Graças Medeiros. **Reformas da Educação Superior no Brasil pós-68: desafios à extensão e à autonomia universitárias**. In: 20ª Reunião Anual da ANPEd, 1997, Caxambu/MG. Educação, Crise e Mudança: tensões entre a pesquisa e a política. São Paulo: CNPq/INEP/CAPES/FAPESP/FINEP, 1997. v. único. p. 156-156.

VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski; SOUZA JUNIOR, Antonio de. A educação profissional no Brasil. **Interaccoes**, v. 12, p. 152-169, 2016.

VIEIRA, Josimar Aparecido; VIEIRA, Marilandi Maria Mascarello. Formação integrada do ensino médio com a educação profissional: o que dizem as pesquisas. **Revista Thema.**, V.13, nº 1, Pág. 79 a 92, 2016.

ZIMMERMANN, Marlene Harger; SILVEIRA, Rosemari Monteiro Castilho Foggiatto; CRISOSTIMO, Ana Lúcia. A extensão universitária intra/ extramuros e a construção do conhecimento científico. In: **A extensão universitária e a produção do conhecimento: caminhos e intencionalidades**. CRISOSTIMO, Ana Lúcia, SILVEIRA, Rosemari Monteiro Castilho Foggiatto (Orgs.). Guarapuava: Ed. da Unicentro, 2017.

APÊNDICE – A: ROTEIROS DA ENTREVISTAS/DOCENTES

1- NOME:

2- IDADE:

3- ÁREA DE FORMAÇÃO:

4- REALIZA OU REALIZOU CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO:

() SIM

() NÃO

5- INFORME EM QUAL MODALIDADE (PARA RESPOSTA SIM):

() STRICTO SENSU

() LATO SENSU

() OUTROS

6- QUAL TEMPO DE ATUAÇÃO NA DOCÊNCIA:

7- QUANTOS PROJETOS JÁ REALIZOU NA ÁREA DE EXTENSÃO:

8- QUAL ÁREA SE ENQUADRA O ATUAL PROJETO:

9- EM SUA OPINIÃO QUAL O PAPEL DA EXTENSÃO NA FORMAÇÃO DO ALUNO:

10- COMO OCORRE O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES JUNTO AOS ALUNOS:

11- EM SUA OPINIÃO QUAL PRINCIPAL DESAFIO NA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES

12- VOCÊ OBSERVA ALGUMA PRINCIPAL DIFICULDADE VIVENCIADA PELOS DICENTES:

13- COMO VOCÊ PERCEBE A CONTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES PARA A FORMAÇÃO INTERGRAL DO ALUNO:

14- O PROJETO É VINCULADO À ALGUMA DISCIPLINA OU PESQUISA:

15- VOCÊ IDENTIFICA ALGUM BENEFÍCIO SOCIAL POR MEIO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS:

16- OUTRAS OBSERVAÇÕES:

APÊNDICE – B: ROTEIRO DA ENTREVISTA – DISCENTES

1- NOME:

2- IDADE:

3- CURSO EM ANDAMENTO:

4 -PARTICIPA DE ALGUM GRUPO DE ATIVIDADES SOCIAIS OU DESPORTIVAS:

- TEATRO ONGs/VOLUNTARIADO OUTROS
 ESPORTE DANÇA/MÚSICA NÃO PARTICIPO
 RELIGIOSO

5- O QUE VOCÊ ENTENDE POR ATIVIDADE DE EXTENSÃO:

6- O QUE DESPERTOU SEU INTERESSE EM PARTICIPAR DE UM PROJETO DE EXTENSÃO:

7- EM QUE ASPECTO VOCÊ IDENTIFICA A CONTRIBUIÇÃO DO PROJETO NA SUA FORMAÇÃO PROFISSIONAL (OU PESSOAL)?

8- OCORREU ALGUMA DIFICULDADE NO DESENVOLDIMENTO DAS ATIVIDADES?

9- COMO VOCÊ VISUALIZA A CONTRIBUIÇÃO DE SUA FUTURA PROFISSÃO COM O PÚBLICO ENVOLVIDO?

10- OUTRAS OBSERVAÇÕES:

APÊNDICE – C: QUESTIONÁRIO PARA AVALIAÇÃO DO PRODUTO

1 – O conteúdo abordado é relevante:

Concordo totalmente () Concordo () Indiferente () Discordo () Discordo totalmente ()

2 - Qual mensagem principal ficou registrada?

3 – As informações foram claras e de fácil compreensão:

Concordo totalmente () Concordo () Indiferente () Discordo () Discordo totalmente ()

4 – Ocorreram expressões no texto não reconhecidas ou ofensivas:

Concordo totalmente () Concordo () Indiferente () Discordo () Discordo totalmente ()

(Em caso afirmativo comente:)

5 – A organização do texto e uso de figuras foram satisfatórios:

Concordo totalmente () Concordo () Indiferente () Discordo () Discordo totalmente ()

6 – O material gerou alguma reflexão, motivação ou ideia nova:

Concordo totalmente () Concordo () Indiferente () Discordo () Discordo totalmente ()

(Em caso afirmativo comente:)

7- Como utilizaria o material? Recomendaria essa cartilha?

8 - Teve algo que menos gostou ou o que mudaria?

*Comentários ou outras sugestões: